



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09.35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou em 24/06/2015, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por se encontrar fora do município, até ao dia 24 de julho de 2015 será substituído no cargo de Vereador pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presente declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. REQ. N. 875/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 213/15, DATADO DE 19/06/2015 – NUNO RICARDO TOMÉ PEREIRA
3. REQ. N. 930/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA

4. REQ. N. 452/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 379/13, DATADO DE 15/10/2013 – RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS
5. REQ. N. 985/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 200/15, DATADO DE 15/06/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
6. REQ. N. 912/15, DATADO DE 30/06/2015 – PC N.º 25/15, DATADO DE 23/01/2015 – ADELINO MANUEL PAQUIM RODRIGUES
7. REQ. N. 928/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 193/15, DATADO DE 09/06/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.
8. REQ. N. 935/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 226/15, DATADO DE 07/07/2015 – ALCIDE LEAL BOTAS DE SOUSA, PAULA MARIA BOTAS DE SOUSA PRATAS e JOSÉ ANTÓNIO BOTAS DE SOUSA
9. REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015 – ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL
10. REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 – MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO
11. REQ. N. 1410/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014 – MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA
12. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
13. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 5 ANOS.
14. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DO PEDU – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA MARINHA GRANDE E ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

15. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - EIXO PRIORITÁRIO II - SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS, DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO – PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS-CANDIDATURA APRESENTADA EM REGIME DE OVERBOOKING
16. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
17. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES
18. PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS
19. VENDA AMBULANTE EM LOCAIS FIXOS
20. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. ALTERAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2015. MANDATO DISCRIMINADO.
21. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS
22. RESCISÃO DO CONTRATO PROGRAMA ESTABELECIDO COM O SPORT IMPÉRIO MARINHENSE EM 27 DE SETEMBRO DE 2013 E DEVOLUÇÃO DE VERBAS RECEBIDAS
23. APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE
24. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA
25. RESUMO DE TESOURARIA

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Foram atendidos os seguintes munícipes:

1 - Sr. Carlos Rainho, na qualidade de Representante da FERLEI, que pretende falar sobre o ofício S/4610/2014 relativo a esclarecimentos sobre os consumos de água e luz do espaço da Associação na Ex- Ivima.

2 - Sr. João Carlos Gomes de Sousa, residente na Rua das Flores, nº 17 r/c, na Marinha grande que pretende esclarecimentos sobre os benefícios fiscais para a recuperação de um edifício que está abrangido pela ARU.

3 - Sra. Maria João de Sousa Cruz, residente na Rua João Fresco, nº 28 – Pedra de Baixo que pretende solicitar uma habitação social.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ **Vieira de Leiria** – Elogiou o excelente trabalho da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria que apostou numa boa sinalética e congratulou a vila pela celebração do seu 30º aniversário. Desejou que a cidade da Marinha Grande seguisse o seu exemplo em termos de mercado, sinalética e piscina municipal.
- ⇒ **Rua da Panificadora** – Referiu que as pessoas sentem necessidade de árvores e de sombra na rua porque se circula muito a pé naquela zona, pelo que solicitou que a Câmara pense nessa questão uma vez que estão agora a decorrer as obras.
- ⇒ **Requerimento** – Solicitou que se agende para a próxima reunião de câmara com carácter de urgência, o requerimento que entregou sobre benefícios fiscais em sede do IMI e que aqui se transcreve:

“ O novo nº 13 do artigo 112º do CIMI, aditado pelo artigo 213º da Lei nº 82-B/2014, de 31/12 (LOE 2015), prevê a possibilidade de os municípios reduzirem a taxa do IMI em relação ao prédio destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do seu agregado familiar.

O Município pode fixar uma redução de taxa para vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do previsto no artº 13 do CIRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31/12, de acordo com a seguinte tabela:

Uma vez que, conforme o determinado no nº14 do artigo 112º do CIMI, a deliberação de redução da taxa tem de ser tomada pela A. Municipal em data que permita a sua

comunicação à AT até 30 de Novembro do ano a que o imposto se refere, solicito ao executivo a discussão desta matéria para aprovação e posterior remessa à AM para deliberação.

Tem, assim, este meu pedido caráter de urgência, para que os munícipes marinhenses, vieirenses e moitenses, possam beneficiar, já este ano, da redução de taxa de IMI, com residência própria e permanente, coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que fazem parte do seu agregado familiar de harmonia com tabela supra descrita.

Dever-se-á, ainda, fazer comunicação através de todos os meios (comunicação social, redes sociais, entre outras), para que todos os munícipes que reúnam os pressupostos para a sua aplicação, o requeiram ao Município a fim de beneficiarem da redução de taxa de acordo com o seu agregado familiar.

Tenho a certeza que este benefício não vai sofrer qualquer forma de contrariedade, por parte da coligação PS/CDU, tendo em atenção os puros princípios, quer políticos quer sociais, que ao longo do tempo, estas duas forças políticas, sempre defenderam."

A Sra. Vereadora Maria João Gomes cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ **Portal do Município** - No seguimento da sugestão feita na última reunião, para colocação do calendário de eventos das coletividades, clubes e associações no site da Câmara e face às dificuldades apresentadas, propôs que exista um link que remeta para a página do Facebook da Junta de Freguesia da Marinha Grande e da Moita e para o site da Junta de Freguesia da Vieira, onde esses eventos são divulgados.
- ⇒ **Picassinós** - Relativamente ao abaixo-assinado apresentado pelos moradores e utilizadores da Rua Brejo do Olho, em Picassinós, na reunião de 13 de maio passado, perguntou se já existe uma decisão a respeito da colocação das lombas limitadoras de velocidade na estrada Picassinós/Maceira.
- ⇒ **Centro de saúde** - No que respeita à falta de médicos no nosso Centro de Saúde e nas respetivas extensões, teve conhecimento, de que não foi aberto qualquer concurso para a vinda de novos médicos para este Centro, através de uma candidata que pretendia fixar-se aqui, porque tem cá família e foi forçada a concorrer para uma localidade mais afastada. Esta situação contradiz a argumentação apresentada pela Diretora do Agrupamento de Centros de Saúde Pinhal Litoral. Argumentação destinada a justificar a política deste governo, de reduzir ao mínimo os custos com Serviço Nacional de Saúde.
- ⇒ **Centro Escolar** - A notícia publicada no Jornal da Marinha Grande, relativa à construção de um Centro Escolar, no concelho, tem provocado a maior inquietação em pais de crianças em idade escolar. Praticamente todas as escolas e cantinas foram objeto de obras de beneficiação recentes, encontrando-se em perfeitas

condições de funcionamento. Neste sentido as populações dos lugares, cujas escolas seriam encerradas, não podem compreender esta política de desperdício e pôr em causa as escolas de proximidade, como elemento de ligação à vida social dessas localidades. A existência de um centro escolar implicaria uma massificação do ensino, um desenraizamento das crianças, só explicável por uma política cujo objetivo principal consiste na redução de custos financeiros no setor da educação. A gravidade desta medida leva-os a pensar que não passa de uma notícia jornalística.

- ⇒ **Rua da Fonte Velha** - Por último, relativamente a um requerimento apresentado pelo + Concelho, informou da satisfação dos moradores da rua, que viram concluídos os arranjos da mesma.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ **Felicitações desportivas** - Felicitou o jovem hoquista marinhense Gonçalo Domingues, por se ter sagrado campeão nacional de Sub-20 em hóquei em patins, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica. Felicitou o Desportivo Náutico da Marinha Grande, pelo desempenho no Campeonato Nacional de Infantis, onde participou com 11 atletas e atingiram 6 pódios, com destaque para o jovem Pedro Duarte que se sagrou campeão nacional nos 100 m bruços, e medalha de bronze nos 200m estilos e 200 m bruços. Felicitou o jovem piloto marinhense Rafael Sousa, por se ter sagrado campeão nacional na “Classe FunMoto4”, no passado domingo, dia 19 de julho, em Rio Maior.
- ⇒ **Parque Mártires do Colonialismo** - É um dos locais nobres da nossa cidade, excelente para passar uns bons momentos, especialmente agora de Verão, com sombras e uma cafetaria, ao contrário do Parque da Cerca. No entanto, o edifício das casas de banho ainda não foi emparedado, tal como foi prometido. Sugeriu que passem por lá e vejam a imundice que ali está, com todo o tipo de lixo ali amontoado. Perguntou se há alguma indicação para que não se tirem fotos naquele local.

A Sra. Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ **Turismo** – Já apresentou o projeto do Pinhal do Rei que foi muito bem aceite pelo Governo e agora para continuar a dar os passos seguintes, é necessário avançar para o protocolo com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Informou ainda que estão a trabalhar a ideia de se associarem em rede com outros municípios para procurar fixar mais visitantes à nossa região.
- ⇒ **Centro Escolar** - Foi informada pelo Sr. Presidente que foi aprovada uma verba para a construção de um centro escolar e que iriam ser encerradas 6 escolas do 1º ciclo. Decidiu marcar uma reunião com o agrupamento de escolas nascente onde foi

discutido o assunto de forma a dar andamento ao processo. Na reunião ninguém concordou com a decisão administrativa de encerrar escolas, devido a várias razões de ordem socio económica. Defendeu as escolas de proximidade que nos diferentes lugares onde estão instaladas criam laços fortes familiares e comunitários. Referiu que deve ser feito um processo de auscultação alargado a toda a comunidade escolar sem exceção, antes de se avançar ou não, para a construção do centro escolar. O financiamento para esta obra já foi aprovado com uma verba de cerca de 3,5 milhões de euros.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ **Reunião** - Sugeriu ao Sr. Presidente que agendasse uma reunião com o munícipe João Sousa para melhor esclarecimento das questões colocadas no âmbito da ARU.
- ⇒ Aplaudiu a proposta do Sr. Vereador António Santos para se baixar o IMI.
- ⇒ Vai propor aos serviços a colocação dos links solicitados pela Sra. Vereadora Maria João Gomes.
- ⇒ **Parque dos Mártires do Colonialismo** – referiu que existe um protocolo de cedência do edifício ao Clube de Ténis da Marinha Grande e o que lá está pertence ao clube. Vai procurar resolver rapidamente a questão do emparedamento do edifício com o Sr. Vereador Paulo Vicente.
- ⇒ **Centro Escolar** – Concordou que sejam dadas as melhores condições possíveis às crianças nas escolas e a toda a comunidade escolar. Defendeu as escolas de proximidade e acrescentou que esta questão do centro escolar tem que ser discutida detalhadamente e muito ponderada.

O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e informou o seguinte:

- ⇒ Toda a sinalética da Marinha Grande já está a ser tratada, uma vez que está prestes a terminar o contrato que existe de mobiliário urbano.
- ⇒ A Rua da Panificadora está em obras e seguramente árvores no passeio não vão ser colocadas, pois prejudicam a mobilidade e rebentam com os passeios.
- ⇒ A colocação das lombas na estrada Picassinos-Maceira está a ser estudada, pois obedece a determinadas regras.
- ⇒ Confirmou que o edifício degradado no Parque dos Mártires vai ser emparedado, só ainda não foi, devido à falta de recursos humanos que se regista nesta época de férias e trabalhos acrescidos nas zonas das praias.
- ⇒ **Centro Escolar** – Informou que existe uma carta educativa desde 2009, e que em 2014, quando se iniciou o processo de revisão e discussão do PDM, os centros educativos foram genericamente aceites por todo o executivo. Existem dados estatísticos que confirmam, e que todos conhecem, que a demografia está a baixar

de ano para ano, ou seja, há cada vez menos crianças em idade escolar. Disse que estão conscientes e seguros dos investimentos que estão a ser feitos nas escolas do concelho. As escolas que venham a ficar devolutas poderão passar a ter outro uso de carácter social ou outro, como são exemplo disso, as escolas de S. Pedro de Moel e do Pero Neto.

Discorda do conceito dos mega centros escolares que contemplam o ensino do pré escolar até ao secundário, mas reforçou que aqui, o que está em causa, é desde o pré escolar até ao 1º ciclo do ensino básico. Referiu que é muito importante antecipar os problemas que se adivinham para o futuro com o grande decréscimo da natalidade que vai afetar muito o nosso país em termos demográficos.

O Sr. Presidente cumprimentou todos os presentes e informou o seguinte:

- ⇒ **Centro Escolar** — Em 6 de fevereiro deste ano, foi feita uma reunião e lavrada uma ata em que todo o executivo se mostrou a favor de centros educativos com pré escolar e 1º ciclo. Aquando da apresentação do quadro 20/20 foi dito pelo Sr. Secretário de Estado da altura, que não iria haver dinheiro para centros educativos, mas no âmbito da CIMRL acabou por se ter direito a alguns centros para a região e a Marinha Grande teria direito a um. A comparticipação financeira para a construção de centros educativos pode atingir os 80%. Esclareceu que a Câmara Municipal não fecha escolas porque não tem competência para tal, as ordens para encerrar escolas são emanadas do Ministério da Educação e a Câmara já foi informada da intenção do Ministério em fechar brevemente 6 escolas do 1º ciclo: Amieira, Garcia, Pilado, Picassinós, Pedrulheira e Albergaria. Tal como acontece agora, a Câmara continuará a garantir os transportes escolares às crianças.
- ⇒ **Centro de Saúde** - O mapeamento dos centros de saúde prevê uma verba para fazer obras na Marinha Grande e a Câmara mostrou-se disponível para comparticipar financeiramente nas mesmas.
- ⇒ **IMI** - Em determinada altura a ANMP aconselhou os municípios a votarem contra a sugestão aqui apresentada para a redução do IMI. A Marinha Grande já pratica há vários anos a mais baixa taxa de IMI que a Lei permite. Informou que vai estudar e analisar de novo esta proposta apresentada pelo Vereador António Santos.
- ⇒ **Parque dos Mártires do Colonialismo** - A Câmara tem todo o interesse em resolver a situação do edifício degradado, uma vez que pretende instalar naquele local a oficina da música com a associação tocândar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Depois de terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:00 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - REQ. N. 875/15, DATADO DE 19/06/2015 – PC N.º 213/15, DATADO DE 19/06/2015
– NUNO RICARDO TOMÉ PEREIRA

501 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 875//15, datado de 2015/06/19, respeitante ao processo camarário n.º 213/15, referente a pedido de *licenciamento da obra de construção de uma moradia, anexo e muro de vedação*, a erigir no prédio com 1.370,00 m2, sito na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 6.263 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.589, apresentado por NUNO RICARDO TOMÉ PEREIRA, com o NIF 221501240, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 46-A 1º D.to, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Em consequência do licenciamento do pedido, do prédio com 1.370,00 m2, serão cedidos ao domínio público 51,00 m2 para passeio público. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.319,00 m2.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/07/09 e de 2015/07/13, que atestam encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado com condicionalismos.

Após análise do requerimento com registo de entrada n.º 875//15, datado de 2015/06/19, respeitante ao processo n.º 213/15, referente a pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia, anexo e muro de vedação, a erigir no prédio com 1370,00 m2, sito na Rua do Casal D'Anja, lugar de Casal D'Anja, freguesia de Vieira de Leira, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 6.263 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.589, apresentado por NUNO RICARDO TOMÉ PEREIRA, com o NIF 221501240, residente na Rua Joaquim Tomé Feteira, n.º 46-A 1º Dto, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, bem como dos pareceres técnicos de 2015/07/09 e de 2015/07/13, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, APROVAR o projeto de arquitetura com os seguintes condicionalismos:

- a) Apresentação da primeira página da memória descritiva e justificativa do projeto retificada quanto à descrição da obra e tipologia da moradia;
- b) Apresentação da ficha de elementos estatísticos retificada quanto à tipologia da moradia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Delibera, igualmente, aceitar a cedência de uma parcela de terreno com a área de 51,00 m2 para passeio a integrar o domínio público municipal, proveniente do prédio com 1.370,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5.589 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 6.263. Após a cedência o prédio ficará com a área de 1.319,00 m2.

Mais delibera informar que:

1- Deverá apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

2- O passeio deverá ser executado em blocos com as dimensões 0,20mx0,10mx0,06m assentes em base regular de material britado com 0,15m de espessura e lancil de betão com 0,12m de espessura.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 930/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA

502 - Presente pedido com o registo n.º 930/15, datado de 07/07/2015 relativo a *apresentação dos projetos de especialidades*, referente ao processo de licenciamento de *alterações em obra*, apresentado nos termos do artigo 83º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, *da unidade industrial* sita na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.263 e inscrito na matriz

predial urbana sob o artigo n.º 19.596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por **ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA**, com o NIF 153 403 217, residente na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura de alterações foi aprovado em reunião de câmara de 30/04/2015.

É igualmente proposta a cedência de uma faixa de terreno ao longo da frente do prédio referido, com uma área 11,50 m2, para domínio público.

Presente informação técnica, datada de 13/07/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 16/07/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido, propondo a aceitação da área a ceder para domínio público.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações em obra, apresentado nos termos do artigo 83.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, da unidade industrial sita na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA, com o NIF 153 403 217, residente na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Delibera, igualmente, aceitar a cedência para domínio público de uma faixa de terreno com uma área 11,50 m2, proveniente do prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente de que, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o aditamento ao alvará de licença de construção n.º 31/14, válido até 28 de abril de 2016, apresentando para o efeito o respetivo original.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 452/15, DATADO DE 06/04/2015 – PC N.º 379/13, DATADO DE 15/10/2013 – RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS

503 - Presentes requerimentos. n.º 1932/14 e n.º 452/15 datados de 2014/12/18 e de 2015/04/06, respetivamente, constantes no processo camarário n.º 379/13, registado em 2013/10/15, *a solicitar o licenciamento de obras de alteração e ampliação de anexo* de apoio da moradia sito na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19. 856 e inscrito na matriz predial urbana sob artigo n.º 19770-P, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS**, com o NIF 18117673, residente na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo em reunião de câmara de 2014/07/17.

Presentes projetos das especialidades acompanhados dos termos de responsabilidade a que se refere o artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2015/04/20, que atesta encontrar-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Presente parecer técnico, datado de 2015/04/07, que atesta a satisfação do condicionalismo da aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise dos requerimentos n.º 1932/14 e n.º 452/15, datados de 2014/12/18 e de 2015/04/06, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 379/13, registado em 2013/10/15 a solicitar o licenciamento de obras de alteração e ampliação de anexo de apoio da moradia sito na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassinhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, erigida no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 19.856 e inscrito na matriz predial urbana sob n.º 19.770-P, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por RUI MANUEL PIRES DE BRITO ELVAS, com o NIF 181117673, residente na Rua das Oliveiras, n.º 51, lugar de Picassinhas, freguesia e concelho de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado com condicionalismos por deliberação tomada na reunião de Câmara de 2014/07/17, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/04/07 e de 2015/04/20, que sobre eles recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 4- Por se tratar de ocupação de habitação, cujo edifício de habitação e anexos apresenta profundidade superior a 30,00 metros, medida a partir da sua fachada fronteiria ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de uma parcela com área de 63,00 m2 para implantação de espaços verdes públicos e equipamento de utilização coletiva, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 124.º e seguintes do RMEUMMG.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

5- Sem prejuízo de outros requisitos aplicáveis, face à omissão em projeto de qualquer tipo de contrato sobre enchimento e vazamento da piscina, deverá promover o cumprimento do disposto no artigo 19.º do Regulamento de Drenagem Pública e Predial de Águas Residuais e de Evacuação de Efluentes do Concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 985/15, DATADO DE 17/07/2015 – PC N.º 200/15, DATADO DE 15/06/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.

504 - Presente pedido com o registo n.º 985/15, datado de 17/07/2015 relativo a licenciamento de obra de *ampliação de unidade industrial*, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 200/15, com data de entrada de 15/06/2015, apresentado por VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande; Presente informação técnica, datada de 17/07/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obra de ampliação de unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19954-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 200/15, com data de entrada de 15/06/2015, apresentado por VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de

construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art.º 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 912/15, DATADO DE 30/06/2015 – PC N.º 25/15, DATADO DE 23/01/2015 – ADELINO MANUEL PAQUIM RODRIGUES

505 - Presentes requerimentos n.º 216/15, n.º 687/15 e n.º 912/15, registados em 2015/01/23, 2018/05/19 e 2018/06/203, respetivamente, referentes ao processo camarário n.º 25/15, registado em 2018/01/23, relativo ao pedido de *licenciamento de obra de construção de um anexo, obra de alteração e de ampliação de moradia (legalização) e de obra de construção (legalização) de muro* confinante com espaço público, incidentes sobre o prédio sito na Ria Fonte da Elvira, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.645 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 112, apresentado por **ADELINO MANUEL PAQUIM RODRIGUES**, com o NIF 210237702, residente na Rua Fonte da Elvira, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande.

Presente Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A005326.2015.RH4, com início em 2015/05/04, válida por 24 meses, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para construção de anexo e garagem.

Presentes projetos de especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, formulados nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 20185/05/26, que atesta estar o projeto de arquitetura em condições de ser aprovado.

Presentes pareceres técnicos datados de 2015/06/08 e de 2015/07/17, que atestam encontrarem-se os projetos de especialidades em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após análise dos requerimentos n.º 216/15, n.º 687/15 e n.º 912/15, registados em 2015/01/23, 2018/05/19 e 2018/06/203, respetivamente, referentes ao processo camarário n.º 25/15, registado em 2018/01/23, relativo ao pedido de licenciamento de obra de construção de um anexo, obra de alteração e de ampliação de moradia (legalização) e de obra de construção (legalização) de muro confinante com espaço público, incidentes sobre o prédio sito na Ria Fonte da Elvira, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 5.645 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 112, apresentado por ADELINO MANUEL PAQUIM RODRIGUES, com o NIF 210237702, residente na Rua Fonte da Elvira, n.º 25, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, e da Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos – Construção n.º A005326.2015.RH4, com início em 2015/05/04, válida por 24 meses, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para construção de anexo e

garagem, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/05/26, 2015/06/08 e de 2018/07/17, que sobre eles recaíram, a Câmara delibera, nos termos do artigo 23.º, n.º 1, alínea c) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o pedido, com os seguintes condicionalismos:

1. Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra
2. Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

Mais delibera informar:

- 1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
- 2 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 928/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 193/15, DATADO DE 09/06/2015 – VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.

506 - Presente pedido com o registo de entrada n.º 928/15, datado de 07/07/2015, relativo *a legalização de muros de vedação de instalações industriais existentes*, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 193/15, com data de entrada de 09/06/2015, apresentado por **VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 17/07/2015, que apresenta um projeto de indeferimento do pedido, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 24º do RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, designadamente o n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, por se verificar que o autor do projeto de arquitetura não apresenta inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, e por ser a mesma suscetível de afetar negativamente a estética da povoação em que se insere, pela sua inadequada inserção no ambiente urbano, dada a diferença de materiais e de dimensões face às vedações situadas na envolvente.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

Notificar a empresa requerente, VIPEX - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 503 087 599, com sede na Pedra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que esta refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento da pretensão, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 24.º do RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis aos projetos, designadamente o n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, do seu pedido com o registo n.º 928/15, datado de 07/07/2015 relativo a legalização de muros de vedação de instalações industriais, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.080 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.954-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 193/15, por se verificar que o autor do projeto de arquitetura não apresenta inscrição válida na Ordem dos Arquitetos, e por ser a obra objeto do pedido suscetível de afetar negativamente a estética da povoação em que se insere, pela sua inadequada inserção no ambiente urbano, dada a diferença de materiais e de dimensões face às vedações situadas na envolvente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 935/15, DATADO DE 07/07/2015 – PC N.º 226/15, DATADO DE 07/07/2015 – ALCIDE LEAL BOTAS DE SOUSA, PAULA MARIA BOTAS DE SOUSA PRATAS e JOSÉ ANTÓNIO BOTAS DE SOUSA

507 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 935/15 de 07/07/2015, apresentado por ALCIDE LEAL BOTAS DE SOUSA, com o NIF 114966710, PAULA MARIA BOTAS DE SOUSA PRATAS, com o NIF 193036045 e JOSÉ ANTÓNIO BOTAS DE SOUSA, com o NIF 208908510, todos residentes em Rua dos Vidreiros, n.º 32, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar *a autorização de utilização para o edifício* sito em Travessa da Liberdade, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, licenciado no âmbito dos processos n.º 506/1974, e n.º 74/80, em nome de Serafim Pereira de Sousa.

Presente parecer dos serviços, datado de 17/07/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa da Liberdade, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade ALCIDE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

LEAL BOTAS DE SOUSA, com o NIF 114966710, PAULA MARIA BOTAS DE SOUSA PRATAS, com o NIF 193036045 e JOSÉ ANTÓNIO BOTAS DE SOUSA, com o NIF 208908510, todos residentes em Rua dos Vidreiros, n.º 32, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Carlos Duarte
- 2) Membros suplentes
Engenheira Cristina
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Tomé Braz

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 639/15, DATADO DE 08/05/2015 – PC N.º 165/2015, DATADO DE 08/05/2015
– ASSOCIAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL**

508 - Presente requerimento n.º 639/15, datado de 08/05/2015, apresentado por Associação de Promoção Social, com o NIPC 501103287, com sede em Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, pelo qual é *solicitada “a realização de vistoria ao espaço exterior do estabelecimento de apoio social denominado “Jardim dos Pequeninos”,* “no qual se encontra instalado um pequeno parque de recreio para utilização das crianças que frequentem o mencionado estabelecimento, ao abrigo no previsto no Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, para cumprimento do solicitado pela Segurança Social”.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 14/07/2015.

Após análise do pedido de realização de vistoria ao espaço exterior do estabelecimento denominado “Jardim dos Pequeninos”, “no qual se encontra instalado um pequeno parque de recreio para utilização das crianças que frequentem o mencionado estabelecimento de apoio social, ao abrigo no previsto no Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19 de maio, para cumprimento do solicitado pela Segurança Social, apresentado por Associação de Promoção Social, com o NIPC 501103287, com sede em Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara delibera:

- 1) Determinar a realização da vistoria ao parque de recreio do estabelecimento “Jardim dos Pequenos”, sito na Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, explorado por Associação de Promoção Social, com o NIPC 501103287, com sede em Rua Actor Álvaro, n.º 9, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições de segurança a observar nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfície de impacte, nos termos do Decreto-Lei n.º 379/97, de 27/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19/05;
- 2) Determinar que a referida vistoria seja realizada no dia 18/08/2015, pelas 10h00.
- 3) Determinar a constituição de uma comissão técnica para realização desta vistoria, com a seguinte composição, por parte da autarquia:
Membros efetivos:
Arquiteta Isabel Alves
Engenheira Ludmila Berardo
Membros suplentes:
Arquiteto Miguel Figueiredo
Engenheira Carla Lucas
- 4) Oficiar a autoridade de saúde, no sentido de nomear um seu representante para integrar a comissão técnica que realizará a vistoria ao espaço exterior do estabelecimento denominado “Jardim dos Pequenos”, por forma a viabilizar a realização da vistoria solicitada pela sociedade Associação de Promoção Social, em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 379/97, de 27/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 119/2009, de 19/05.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**10 - REQ. N. 48/15, DATADO DE 13/01/2015 – PC N.º 15/2015, DATADO DE 13/01/2015 –
MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO**

509 - Presente requerimento registado sob o n.º 48/15, datado de 13/01/2015, apresentado por **MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO**, com o NIF 150703678, residente em Rua do Lameiro, n.º 3, R/C Dto, freguesia e concelho de Marinha Grande, é ***solicitado uma vistoria ao seu imóvel***, face à alegada existência de infiltrações provenientes da fração correspondente ao primeiro andar direito, de modo a que possam ser aferidas as condições de habitabilidade da sua fração e a eventual existência de situações reais de perigo eminente.

Presente Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 19/03/2015, pela qual foi determinada a realização de vistoria prévia ao imóvel em causa, nos termos do previsto no art.º 90.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários.

Presente Auto de Vistoria datado de 09/06/2015, referente à vistoria realizada em 15/04/2015, a enquadrar o estado em que se encontra o referido imóvel.

Após análise do processo e do auto de vistoria elaborado pela Comissão respetiva, a Câmara delibera, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, determinar a NOTIFICAÇÃO ao proprietário da fração correspondente ao primeiro andar direito, SILVINO DE JESUS ROSA para execução das obras necessárias a sanar as anomalias detetadas e descritas no referido auto de vistoria, designadamente:

1 – No prazo de 30 dias úteis, promover a execução das obras necessárias a reparar a fuga detetada na rede de águas, remetendo, posteriormente, novo relatório técnico comprovativo da reparação efetuada;

2 – No prazo de 90 dias úteis, promover a execução de todas as obras necessárias a repor as condições de higiene, segurança e salubridade na fração correspondente ao rés-do-chão direito, nomeadamente a reparação dos danos comprovadamente provocados pela anomalia do sistema de abastecimento de águas da fração correspondente ao primeiro andar direito.

INFORMAR o reclamante, proprietário da fração correspondente ao rés-do-chão direito, MARIA DO CASTELO TOSCANO RAMALHO, do resultado da vistoria realizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1410/14, DATADO DE 24/09/2014 – PC N.º 146/14, DATADO DE 06/05/2014 – MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA

510 - Presente processo de licenciamento referente à “**Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro**”, a que foi atribuído o número de processo 146/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7404 e omisso na matriz, apresentado por **MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA**, com o NIF 119900831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/06/19.

Presente informação técnica datada de 2015/07/08, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/07/08, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA, com o NIF 119900831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2014/05/06, a “*Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro*”, a que foi atribuído o número de processo 146/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.404 e omissa na matriz;
2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2014/06/19, comunicado através do ofício n.º 696/14, de 2014/06/24, rececionado em 2014/06/26;
3. Considerando que a requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja em 2014/12/27, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/06/27 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;
5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar, a requerente, MARIA AVENILDE BRANCO PEDROSA, com o NIF 119900831, residente em Rua de São Pedro, n.º 6, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do ato de aprovação da arquitetura referente ao processo n.º 146/14, para a “*Legalização da ampliação de moradia unifamiliar e alteração de muro*”, ocorrido por deliberação camarária datada de 2014/06/19.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Nesta altura o Sr. Presidente solicitou a todos os presentes a discussão e votação do ponto 20 da ordem do dia, o que foi por todos aceite.

20 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. ALTERAÇÃO AOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA 2015. MANDATO DISCRIMINADO.

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Paulo Vicente comunicou o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A. Nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente declarou o impedimento do Sr. Vereador, que se ausentou da sala.

Esteve presente a Dra. Fátima Malesso, administradora da TUMG, SA, para prestar os esclarecimentos necessários sobre este ponto.

Sobre este assunto foi referido o seguinte:

A Sra. Vereadora Maria João Gomes, pretendeu que este ponto fosse adiado, em virtude da informação disponibilizada não ser suficiente para uma tomada de decisão devidamente fundamentada. Perguntou à Dr.ª Fátima Malesso se podia disponibilizar uma projeção de quanto vão ser, em 2016, os custos operacionais, os custos com pessoal, com seguros e de amortização para os 2 novos autocarros, para os poder comparar com os custos para 2 autocarros em regime de subcontratação.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira, referiu que devia ficar em ata o estudo comparativo entre os custos existentes e a nova proposta.

Terminadas as intervenções foi posta à votação a seguinte proposta:

511 - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Considerando que a assembleia geral da empresa vai ter como assunto da ordem do dia: deliberar sobre a alteração aos instrumentos de gestão previsional para 2015, de acordo com o artigo 12.º, n.ºs 1 e 3, dos estatutos da empresa.

Presente proposta de alteração aos Instrumentos de gestão previsional para 2015, acompanhados do parecer emitido pelo fiscal único.

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante: aprovar a alteração proposta aos instrumentos de gestão previsional para 2015.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

A presente deliberação foi tomada por maioria com 5 votos a favor e 1 voto contra da Sra. Vereadora Maria João Gomes que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelo facto de tratando-se de dinheiros públicos de elevado montante para uma tomada de decisão consciente e fundamentada implicaria ter elementos financeiros e contabilísticos que não foram disponibilizados.”

12 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Paulo Vicente comunicou o seu impedimento, na discussão e votação do assunto que diz respeito à requisição interna nº 17200 identificada no anexo 1 da presente deliberação, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.

Nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente declarou o impedimento do Sr. Vereador.

512 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...)”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação

cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.

c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar

serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA A “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PRODUZIDOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE” PARA O PERÍODO DE 5 ANOS.

513 - Presente informação SS.22.2015 e requisição interna n.º 17352 do serviço da DISU – Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização da prestação de serviços de “*Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande*”, para o período de 5 anos.

Presente igualmente Programa de Procedimento e de Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas.

Considerando que o preço base a aplicar é de 2.303.528 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar e determina a adopção do procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea b) e artigo 20.º, n.º 1, alínea b), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que aquando da elaboração dos Documentos Previsionais para o ano de 2015, foi prevista dotação na ação 2015/A/135 do Plano de Atividades Municipais designada por “*Prestação de serviços de recolha de resíduos sólidos*” para a assunção desta despesa no ano de 2016 com o montante de 371.094,50 euros, nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 com o montante anual de 535.000,00 euros e no ano de 2021 com o montante de 133.750,00 euros.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 15/06/2015, deliberou, conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para a contratação da prestação de serviços de “*Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande*”, para o período de 5 anos, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual, e em cumprimento do preceituado nos n.ºs 1 e 2 do art.º 22.º do Decreto Lei n.º 197/99 de 8 de junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Considerando o parecer prévio favorável emitido pela Câmara Municipal, na sua reunião de 25/06/2015, relativo à contratação da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 5 anos, nos termos do preceituado no n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, conforme deliberação em anexo ao processo.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea b), 20.º, n.º 1, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e de acordo com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público com publicidade internacional, com vista à contratação da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos produzidos no concelho da Marinha Grande”*, para o período de 5 anos, conforme proposta dos serviços;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas e Cláusulas Técnicas;
- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - Miguel Crespo, Presidente;
 - Susana Silva, Vogal;
 - Carla Lucas, Vogal;
 - Luciana Esteves, Vogal Suplente;
 - Alexandre Silva, Vogal Suplente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DO PEDU – PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA MARINHA GRANDE E ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA O CONCELHO DA MARINHA GRANDE”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Sobre este assunto foram pedidos esclarecimentos:

A Sra. Vereadora Maria João Gomes *pretendeu saber quantas empresas foram contactadas para apresentarem propostas para elaboração do “PEDU” e da “Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho”.*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira *referiu que apesar da urgência "obrigar" a um ajuste direto, entendendo que deveriam ter sido consultadas pelo menos três empresas, e não apenas uma empresa como foi confirmado pelo Sr. Presidente.*

Terminadas as intervenções foi posta à votação a seguinte proposta:

514 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria

149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a requisição interna n.º 15638/2015 e informação I.M.60/2015, da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Marinha Grande e Elaboração de Proposta de Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 21894 foi submetido a 17/07/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa AUGUSTO MATEUS & ASSOCIADOS, SOC DE CONSULTORES LDA, NIPC 504 245 910 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Marinha Grande e Elaboração de Proposta de Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande”*, na classificação orgânica/económica 05/070113, ação do PPI 2014/I/53, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 74.750,00 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que estes serviços não estão sujeitos a redução remuneratória preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir termo de comparação com contrato vigente em 2014 e nesse ano não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte proposta a convite e por em 2015 não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte a convidar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para aquisição de serviços de *“Elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Marinha Grande e Elaboração de Proposta de Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Marinha Grande e Elaboração de Proposta de Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho da Marinha Grande”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 21894 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por maioria com seis votos a favor e um voto contra da Sra. Vereadora Maria João Gomes.

A Sra. Vereadora Maria João Gomes proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto contra pelos seguintes motivos:

1 . Face ao elevado montante em causa, e dado tratar-se de dinheiros públicos, não considero correta a adjudicação direta, sem concurso nem consulta, quando deveriam ter sido consultadas outras entidades para que entregassem propostas que pudessem ser objeto de comparação discussão e decisão.

2 . Relativamente à “Elaboração da proposta de estratégia de desenvolvimento para o concelho da Marinha Grande”, não pondo em causa a competência técnica da “Augusto Mateus e Associados”, não compreendo que esse mesmo estudo seja entregue a uma empresa externa, quando poderiam ter sido consultadas as forças vivas do concelho, como por exemplo empresas, estabelecimentos de ensino, associações profissionais e sindicais, associações e clubes culturais e desportivos, elementos da proteção civil, inclusivamente o ICNF, para com todos esses contributos poder ser elaborada pela Autarquia uma estratégia de desenvolvimento.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Voto favoravelmente.

Tenho desde sempre defendido a necessidade de elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento para o concelho. Em 2008 foi feita a Agenda XXI, que infelizmente foi colocada na gaveta. Alertei muitas vezes que podíamos usar esse documento, com as devidas actualizações, e suportarmo-nos nas decisões que tomamos.

Nunca o quiseram fazer e agora vamos pagar quase 75.000,00€ por um novo plano estratégico. Mas ainda bem que finalmente vamos ter um guia orientador para as próximas décadas no nosso concelho.

Temos andado a tomar decisões avulsas, sem rumo definido, incluindo a discussão que tivemos para o futuro PDM.

Fazem tudo ao contrário, então não devíamos ter primeiro o plano estratégico e só depois tomar medidas em relação ao PDM? Vamos admitir que o plano estratégico vai trazer indicações contrárias às que nós assumimos no PDM, o que irão fazer? Se a avaliação SWOT para a estratégia territorial que fizemos no âmbito do PDM não coincidir com o plano estratégico que iremos receber lá para o final do ano, ainda vamos a tempo de alterar na revisão do PDM? Ou será que com esta decisão de elaborar um plano estratégico vamos colocar a revisão do PDM em standby?”

15 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POVT - PROGRAMA OPERACIONAL VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - EIXO PRIORITÁRIO II - SISTEMAS AMBIENTAIS E DE PREVENÇÃO, GESTÃO E MONITORIZAÇÃO DE RISCOS, DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO – PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS-CANDIDATURA APRESENTADA EM REGIME DE OVERBOOKING

515 - Considerando que o Município da Marinha Grande submeteu uma candidatura em regime de *overbooking* no âmbito do POVT - Programa Operacional Valorização do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Território - Eixo Prioritário II - Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos, domínio de intervenção – Prevenção e Gestão de Riscos.

Considerando que no dia 20 de julho de 2015 foi recebida comunicação do Ministério da Administração Interna, pela qual a Câmara Municipal da Marinha Grande foi notificada para proceder ao envio dos documentos necessários à celebração de contrato de financiamento atenta decisão favorável de financiamento, em regime de *overbooking*, da candidatura apresentada relativa ao “*Equipamento Terminal de Comunicação Tetra*”, entre os quais a apresentação de NIB de conta bancária específica.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) *A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)*”.

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “POVT-Overbooking-Riscos”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros das candidaturas apresentadas ao referido programa em regime de overbooking, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

516 - A Freguesia de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Publicidade alusiva ao evento de Surf, Bodybord e Swimming – VIEIRA PRO 2015 a realizar nos dias 1 e 2 de agosto de 2015.

A Biblioteca de Instrução Popular, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização da festa do rancho Peixeiras da Vieira a realizar nos dias 12 e 13 de Setembro 2015.

O Centro Recreativo e Cultural da Juventude do Casal D`Anja, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para os Festejos anuais a realizar nos dias 21, 22 e 23 de Agosto de 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização das festas anuais da coletividade a realizar nos dias 11, 12 e 13 de Setembro 2015;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para o festival do caracol a realizar nos dias 25 e 26 de julho de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para os festejos anuais dos 75 anos do clube a realizar nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Passagem, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para os Festejos anuais em honra de Nossa Senhora da Ajuda a realizar nos dias 14, 15 e 16 de agosto de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Lançamento de artefactos pirotécnicos;
- Publicidade alusiva ao evento.

A PVMG-Projetos de Vida Sénior da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Arraial a realizar no dia 26 de julho de 2015;

A Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para os festejos anuais em honra de Nossa Senhora dos Milagres a realizar nos dias 14, 15, 16 e 17 de agosto de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

O Motabout Clube Motard de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para concentração motard a realizar nos dias 30 e 31 de julho e 1 e 2 de agosto de 2015;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presentes informações nºs 54/AF, 55/AF, 56/AF, 57/AF, 58/AF, 59/AF, 60/AF, 61/AF, 62/AF e 63/AF de 17 de julho de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as

associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Freguesia de Vieira de Leiria, a Biblioteca de Instrução Popular, o Centro Recreativo e Cultural da Juventude do Casal D`Anja, a Sociedade de Instrução e Recreio 1º Maio, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, o Clube Desportivo Moitense, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Passagem, a PVMG-Projetos de Vida Sênior da Marinha Grande, a Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria – Capela da Praia e o Motabout Clube Motard de Vieira de Leiria do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das licenças de instalação e funcionamento de recintos improvisados, lançamento de artefactos pirotécnicos, autorização para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES

517 - Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o exercício da atividade de comércio a retalho não sedentário fica sujeito às disposições do capítulo II do diploma, onde, no artigo 79.º n.º 1 conjugado com o artigo 81.º n.º 1, se estabelece que no regulamento deve constar, nomeadamente, a indicação das zonas e locais autorizados à venda ambulante, os horários autorizados e as condições de ocupação.

Em consonância com o estabelecido legalmente, o artigo 17.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, prevê que o exercício da atividade de venda ambulante é autorizado em toda a área do município com caráter essencialmente itinerante ou nos locais fixos, para o comércio das categorias de produtos e para o número de vendedores ambulantes, previstos no Anexo I do Regulamento;

O artigo 20.º n.º 1 do citado Regulamento estabelece que a atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante em local fixo, é feita por sorteio.

Paralelamente, o n.º 2 do mesmo artigo prevê um regime excecional para os locais aos quais, à data da entrada em vigor do Regulamento, já tenha sido atribuído o direito de uso do espaço público, desde que os detentores possuam título de exercício de vendedor ambulante emitido pela Direção Geral das Actividades Económicas;

Em sequência, através do Edital n.º 7/2015, de 11 de março de 2015, foi concedido o prazo de 20 dias úteis, a contar da publicação do mesmo, aos vendedores ambulantes que se encontrassem na situação prevista no n.º 2 do artigo 20.º do citado regulamento, para apresentarem requerimento, juntamente com o comprovativo do título do exercício da venda ambulante emitido pela Direção Geral das Actividades Económicas e do seguro de responsabilidade civil para cobertura de eventuais danos causados a terceiros.

Findo o respetivo prazo e de acordo com os lugares previstos no Anexo I do Regulamento, importa trazer à colação os requerimentos instruídos pelos vendedores ambulantes, a saber:

I - MARINHA GRANDE

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Rua da Juventude (junto à Capela de Picassinos)	2	Frutos secos e similares	Vagos

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição do lugar será efetuada através de sorteio.

Freguesia	Localização	N.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Av. Dr. José Henriques Vareda (junto ao Estádio Municipal)	4	Unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário	1 – Ocupado a) 2 - Vago 3 - Vago 4 - Vago

a) E/2819/2015, de 27 de março de 2015, onde João Joaquim Batista Arcanjo, requer a atividade de venda ambulante em local fixo para venda de restauração e bebidas de carácter não sedentário prestação de serviços, informando que procede à venda ambulante em local fixo junto ao Estádio Municipal, na Marinha Grande, e junto ao Turismo, na Praia de Vieira de Leiria, desde 26/01/2007.

Apresentou:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedores ambulantes;
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Freguesia	Localização	N.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Rua Bernardino José Gomes (junto à Caixa Geral de Depósitos)	1	Frutos secos e similares	Vago

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, atribuição do lugar será efetuada através de sorteio.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Praça Afonso Lopes Vieira São Pedro de Moel	5	Bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares	1 – Ocupado a) 2 – Ocupado b) 3 – Ocupado c) 4 – Ocupado d) 5 – Ocupado e)

a) E/2830/2015, de 27 de março de 2015 – Malick Gueye, atividade de venda ambulante em local fixo de têxteis, vestuário, calçado, malas, artesanato e bijutaria.

Apresentou:

- Declaração onde atesta que desde 05 de agosto de 1994 exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, com venda de têxteis, vestuário, calçado, malas, artesanato e bijutaria.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) E/3334/2015, de 16 de abril de 2015 – Maria Helena Cunha Soares, atividade de venda ambulante em local fixo de doces conventuais.

Anexou:

- Declaração onde atesta que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, há cerca de 40 anos, com a venda de doces conventuais.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) E/3381/2015, de 17 de abril de 2015 - Susana Luísa de Oliveira Fernandes, atividade de venda ambulante em local fixo de artigos de artesanato local.

Anexou:

- Requerimento e declaração em anexo, onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, desde 2001, com a venda de artigos de artesanato.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Importa salientar que a ocupação da banca tem sido partilhada pelas vendedoras Maria Helena Cunha Soares e Susana Luísa de Oliveira Fernandes, uma vez que a primeira só procede ao exercício da venda ambulante aos domingos.

c) E/2964/2015, de 1 de abril de 2015 – Rosa Maria Marques Duarte, atividade de venda ambulante em local fixo de artigos têxteis para o lar, bonecos de pano, acessórios de moda e artesanato ao vivo.

Anexou:

- Declaração onde atesta que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, desde 2008, com a venda de confeção de artigos têxteis para o lar, bonecos de pano, acessórios de moda e trabalho ao vivo.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

d) E/2965/2015, datado de 1 de abril de 2015 – Maria Transito Tixicuro Maldonado, onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, desde 2006, com a venda de atividade de roupa e bijutaria.

Apresentou:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

e) E/2828/2015, datado de 27 de março de 2015 – Maria de Lurdes Joaquina de Sousa Santana, atividade de venda ambulante em local fixo de tremozos, pevides, bolos, frutos secos e mel.

Apresentou:

- Declaração onde atesta que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, desde 1978, com a venda de tremozos, pevides, bolos, frutos secos e mel.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Praça Afonso Lopes Vieira São Pedro de Moel	2	Pipocas	1 – Ocupado a) 2 – Ocupado b)

a) E/3025/2015, datado de 6 de abril de 2015, apresentado por Sabino de Jesus Carvalho.
Anexou:

- Declaração onde atesta que desde 1984 exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, com venda de pipocas.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) E/2827/2015, datado de 27 de março de 2015, apresentado por Ricardo Miguel Barata Simões, em que requer a atribuição de um lugar para a venda ambulante em local fixo de pipocas, faturas, algodão doce e castanhas.

Anexou:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade restauração e bebida;
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Marinha Grande	Estrada Atlântica (junto ao Inatel) São Pedro de Moel	2	Frutos secos e similares	Vagos

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição do lugar será efetuada através de sorteio.

II - MOITA

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Moita	Largo da Capela	2	Frutos secos e similares	Vagos
Moita	Largo da Capela	3	Artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas,	Vagos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

			designadamente, pintores e artesãos	
Moita	Rua da Charnequinha (junto ao campo de futebol) Moita	2	Hortofrutículas	Vagos
Moita	Rua da Charnequinha (junto ao campo de futebol) Moita	1	Aves vivas	Vago
Moita	Estrada da Nazaré (junto ao cemitério)	1	Unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário	Vago

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição dos lugares será efetuada através de sorteio.

III- VIEIRA DE LEIRIA:

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Largo Nossa Sra. da Ajuda - Passagem	2	Frutos secos e similares	Vagos

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição dos lugares será efetuada através de sorteio.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Av. dos Pescadores Praia de Vieira de Leiria	10	Frutos secos e similares	1- Ocupado a) 2- Ocupado b) 3- Ocupado c) 4 -Ocupado d) 5- Ocupado e) 6- Ocupado f) 7- Ocupado g) 8- Ocupado h) 9 – Ocupado i) 10- Vago

a) Banca 1 – E/3234/2015, datado de 14 de abril de 2015, apresentado por Élia Maria Ferreira Alexandre.

Anexa:

- Requerimento onde declara que exerce, há mais de 6 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) Banca 2 - E/3073/2015, 08 de abril de 2015, apresentado por Angelina Maria Gaspar Assunção Simões, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

c) Banca 3 – E/3155/2015, datado de 9 de abril de 2015, veio Carina Sofia Rodrigues Coelho da Silva, declarar que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares e que a mesma era ocupada por sua mãe há mais de 40 anos, conforme licença n.º 220/97, emitida pela Capitania do Porto da Nazaré.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

d) Banca 4 - E/3170/2015, apresentado em 10 de abril de 2015, veio Lurdes Maria Rodrigues Margarido Fé, declarar que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares, há mais de 15 anos, conforme licença n.º 304/91, emitida pela Capitania do Porto da Nazaré.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

e) Banca 5 – E/3029/2015, de 06 de abril de 2015, instruído por Ivone Carla Franquinho Tomáz, onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares, desde 2006, conforme licença n.º 143/2003, emitida pela Capitania do Porto da Nazaré e ofício referência 2006/2897, datado de 28/03/2006 da Câmara Municipal da Marinha Grande, que anexa cópias.

Junta ainda:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

f) Banca 6 – E/2786/2015, datado de 26 de março de 2015, apresentado por Joaquim Murtinheira Guerra, onde declara que, desde 1984, exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

g) Banca 7 - E/2861/2015, apresentado em 31 de março de 2015, por Américo Lourenço da Silva, onde declara que, desde 1991, exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

h) Banca 8 – E/3069/2015, de 8 de abril de 2015, apresentado por Irene da Silva Simões, onde declara que, há mais de 20 anos, exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

i) Banca 9 - E/2869/2015, apresentado em 31 de março de 2015, por Beatriz dos Foitos Mesquita, onde declara que, há mais de 20 anos, exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, com a venda de frutos secos e similares.

Junta:

- Declaração onde atesta que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria e desde 1990, com a venda de frutos secos e similares.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Av. dos Pescadores Praia de Vieira de Leiria	1	Frituras e outros comestíveis	1- Ocupado a)

a) E/3331/2015, de 16 de abril de 2015, apresentado por Filipe Monteiro Cardinali, onde onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, com a venda de frutos secos e similares, há mais de 25 anos.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante e relativa à restauração e bebidas de caráter não sedentário;
- Cópia da mera comunicação de restauração e bebidas de carácter não sedentário de prestação de serviços;
- Ficha de Segurança Contra Incêndios em Unidade Móvel ou Amovível;
- Termo de Responsabilidade do Autor de Ficha de Segurança Contra Incêndios.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Av. dos Pescadores Praia de Vieira de Leiria	8	Peixe	1- Ocupado a) 2- Ocupado b) 3- Ocupado c) 4 -Ocupado d) 5- Ocupado e) 6- Ocupado f) 7- Ocupado g) 8- Vago

a) Banca 1 – E/2894/2015, de 31 de março de 2015, apresentado por Maria Celeste Paiva Letra;

Anexou:

- Requerimento onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.
- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) Banca 2 - E/3125/2015, apresentado em 9 de abril de 2015, por Maria Júlia Lopes Tomáz, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

c) Banca 3 - E/3379/2015, de 17 de abril de 2015, apresentado por Emília Lopes Tomáz, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Juntando para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

d) Banca 4 – E/3123/2015, de 9 de abril de 2015, instruído por Hermínia Sequeira Gabriel Lavos, onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco, há mais de 20 anos.

Junta:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

e) Banca 5 – E/3176/2015, de 10 de abril de 2015, apresentado por Ermesenda Tomé Pedrosa, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leira, com a venda de peixe seco.

Anexou:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

f) Banca 6 – E/3183/2015, de 10 de abril de 2015, apresentado por Natália Vitorino Tomáz, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco, juntando para o efeito a licença n.º 165/2003, emitida pela Capitania do Porto de Nazaré.

Anexou ainda:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

g) Banca 7 – E/3418/2015, apresentado em 21 de abril de 2015, por Argentina da Piedade Correia, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Juntando para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Rua José Loureiro Botas Praia de Vieira de Leiria	4	Peixe	1- Ocupado a) 2- Ocupado b) 3- Ocupado c) 4 - Ocupado d)

a) Banca 1 e 2 - E/3124/2015, apresentado em 9 de abril de 2015, por Maria Avenilde Branco Pedrosa, onde declara que exerce, há mais de 15 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Anexando para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) Banca 3 - E/3417/2015, apresentado em 21 de abril de 2015, por Saúl Feteira Fragata, onde declara que exerce, há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Anexando para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

c) Banca 4 - E/3380/2015, 17 de abril de 2015, onde Júlia Piedade Correia declara que exerce, há mais de 15 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de peixe seco.

Anexa para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Rua José Loureiro Botas Praia de Vieira de Leiria	5	Marisco	1 Ocupado/vago a) 2 - Ocupado b) 3 - Ocupado c) 4 - Ocupado d) 5 - Ocupado e)

a) Lugar 1 – Na sequência de requerimento apresentado através do registo de entrada **E/3014/2015**, de 6 de abril de 2015, Maria Júlia Alvaro Abreu veio solicitar a ocupação temporária da banca, até que seja atribuído o direito de uso do lugar, uma vez que não pretende reivindicar o lugar pois tenciona cessar a atividade de venda de marisco. Assim, ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição do lugar será efetuada através de sorteio.

b) Lugar 2 - E/ 3237/2015, de 14 de abril de 2015, apresentado por Anabela Ramusga Lobo Rosa, onde declara que exerce, há mais de 15 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de marisco.

Junta para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

c) Lugar 3 - E/2971/2015, apresentado em 1 de abril de 2015, por Maria Manuela Moreira Pedrosa, onde declara que exerce, há mais de 15 anos, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de marisco, anexando para o efeito, as licenças emitidas pela Capitania do Porto de Nazaré, nos anos de 2001 a 2003.

Junta para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

d) Lugar 4 - E/3236/2015, 14 de abril de 2015, apresentado por Maria Virgínia de Oliveira Crespo, onde declara que exerce desde 1991, a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, com a venda de marisco e peixe.

Junta para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

e) Lugar 5 - E/2968/2015, apresentado em 1 de abril de 2015, por Maria Odete dos Santos Lourenço, onde declara que exerce há mais de 20 anos, a atividade de comércio a retalho

não sedentária em local fixo na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de marisco.

Junta para o efeito:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Rua da Boavista Praia de Vieira de Leiria	5	Artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas, designadamente, pintores e artesãos	Vagos

Ao abrigo do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a atribuição dos lugares será efetuada através de sorteio.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Av. Marginal Praia de Vieira de Leiria	2	Artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas, designadamente, pintores e artesãos	1 - Ocupado a) 2 - Ocupado b)

a) E/3023/2015, datado de 6 de abril de 2015, apresentado por Mamadou N'Diaye, onde declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Avenida Marginal, na Praia de Vieira de Leiria, desde 1994, com a venda de artigos com caráter cultural produzidos por artistas.

Anexa:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) E/3476/2015, apresentado em 23 de abril de 2015, por Abdelaziz Belkaid, onde solicita a concessão de um lugar fixo para a venda ambulante com artigos de caráter cultural e artesanal, na Avenida Marginal, na Praia de Vieira de Leiria. No requerimento informa que exerce a atividade há cerca de 10 anos.

Anexa:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante.
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

Freguesia	Localização	n.º lugares	Produtos	Ocupação
Vieira de Leiria	Av. dos Pescadores (junto ao Turismo) Praia de Vieira de Leiria	2	Unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário	1 - Ocupado a) 2 - Ocupado b)

a) E/2819/2015, de 27 de março de 2015, onde João Joaquim Batista Arcanjo, requer a atividade de venda ambulante em local fixo para venda de restauração e bebidas de carácter não sedentário prestação de serviços, informando que procede à venda ambulante em local fixo junto ao Estádio Municipal, na Marinha Grande, e junto ao Turismo, na Praia de Vieira de Leiria, desde 26/01/2007.

Apresentou:

- Cópia da mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante;
- Cópia da mera comunicação prévia de restauração e bebidas de carácter não sedentário;
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

b) E/2862/2015, de 31 de março de 2015, onde Daniel Gomes Batista, requer autorização para o exercício da atividade de venda ambulante em local fixo para o exercício da atividade de restauração e bebidas de carácter não sedentário, atendendo que procede à venda ambulante em local fixo desde 1999.

Apresentou:

- Mera comunicação prévia de restauração e bebidas de carácter não sedentário;
- Mera comunicação prévia relativa à atividade de comércio a retalho não sedentária exercida por feirante e vendedor ambulante;
- Comprovativo do seguro de responsabilidade civil.

IV - OUTROS REQUERIMENTOS NÃO ASSOCIADOS A LUGARES FIXADOS NO ANEXO I DO REGULAMENTO:

Freguesia da Marinha Grande – Praia de São Pedro:

1 - E/3172/2015, datado de 10 de abril de 2015, apresentado por Hicham Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino” na zona da Marinha Grande, em São Pedro de Moel;

2 - E/3382/2015, datado de 17 de abril de 2015, apresentado por Abdenbi Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino”, na Praia de São Pedro de Moel;

- 3 - **E/3028/2015**, de 06 de abril de 2015, Silvina Maria Francisco, solicita autorização para venda ambulante em local fixo no muro junto ao Bar da Praia de S. Pedro Moel, para venda de bolos;
- 4 - **E/3076/2015**, datado de 08 de abril de 2015, Sandrina Silva, solicita autorização para a venda de crepes em São Pedro de Moel, não especificando o local exato em que a pretende exercer de forma fixa.
- 5 - **E/3186/2015**, de 10 de abril de 2015, apresentado por Isabel Rosa Ferreira Lima Forte, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos de artesanato, na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel.
- 6 - **E/3027/2015**, datado de 06 de abril de 2015, instruído por Silvina de Jesus Barros Monteiro, onde requer a venda de crochet e artesanato na Praça Afonso Lopes Vieira, na Praia de São Pedro de Moel.
- 7 - **E/3026/2015**, apresentado em 6 de abril de 2015, por José Eduardo Barbosa Serra, onde solicita autorização para a venda ambulante de artesanato na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel.
- 8 - **E/2970/2015**, apresentado em 1 de abril de 2015, em que Carla Sofia Brito Nogueira Lírio, requer autorização para permanecer na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, para a venda de acessórios de moda.
- 9 - **E/3128/2015**, datado de 09 de abril de 2015, onde César Jaime Tabango Maldonado, vem requerer autorização para a venda ambulante de artesanato, na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel.

Freguesia de Vieira de Leiria – Praia de Vieira de Leiria:

- 1 - **E/3126/2015**, apresentado em 9 de abril de 2015, por Ricardo Fernando Ruiz Quinchuqui. No requerimento declara que exerce a atividade de comércio a retalho não sedentária em local fixo na Rua da Boavista, Praia de Vieira de Leiria, com a venda de artesanato, bijutaria e roupa do equador;
- 2 - **E/3131/2015**, de 9 de abril de 2015, apresentado por Slimane Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino”, na Rua da Boavista, na Praia de Vieira de Leiria;
- 3 - **E/3132/2015**, apresentado em 9 de abril de 2015, por Mouloud Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino”, na Rua da Boavista, na Praia de Vieira de Leiria;
- 4 - **E/3174/2015**, apresentado em 10 de abril de 2015, por Salah Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino”, na Rua da Boavista, na Praia de Vieira de Leiria;
- 5 - **E/3383/2015**, de 17 de abril de 2015, apresentado por Mustapha Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante de artigos tipo “marroquino”, na Rua da Boavista, na Praia de Vieira de Leiria;
- 6 - **E/3068/2015**, apresentado em 8 de abril de 2015, por Paulo Rui de Sousa Pires, em que solicita autorização para a venda ambulante em local fixo na Avenida Marginal, Praia de Vieira de Leiria, para a comercialização de crepes;
- 7 - **E/4134/2015**, de 8 de maio de 2015, apresentado por German Flores Morales, onde solicita

autorização para a venda de artesanato do Nepal e Equador em Praças localizadas nas Praias de São Pedro Moel e Vieira de Leiria;

8—**E/4348/2015** – apresentado em 12 de maio de 2015, onde Maide Zenaide da Silva solicita autorização, fora do prazo, para apresentar candidatura para um lugar na Praia da Vieira de Leiria;

9—**E/4393/2015**, apresentado em 13 de maio de 2015, fora de prazo, por Allal Kalda, em que solicita autorização para a venda ambulante, na Praia de Vieira de Leiria;

10—**E/3329/2015** - apresentado em 16 de abril de 2015, onde Fernando Gomes Freire, solicita autorização para a venda ambulante de pipocas e balões, na Avenida dos Pescadores, Praia da Vieira de Leiria;

11—**E/2833/2015** - apresentado em 27 de março de 2015, onde José Gomes da Silva, solicita autorização para a venda ambulante de pipocas, na Avenida dos Pescadores, Praia da Vieira de Leiria;

12—**E/3130/2015**, de 9 de abril de 2015, em que Sandra Luísa Faustino Ferreira, vem requerer a atribuição de um lugar fixo para venda de peixe na Avenida dos Pescadores, na Praia da Vieira de Leiria;

13—**E/3235/2015**, de 14 de abril de 2015, Maria Helena Rodrigues Vitorino Serralha, vem solicitar a atribuição de um lugar fixo identificado como lugar 1, para venda de marisco, da Rua José Loureiro Botas, Praia da Vieira;

14—**E/3119/2015**, de 9 de abril de 2015 e **E/3182/2015**, de 10 de abril de 2015, Maria Helena Rodrigues Vitorino Serralha, vem solicitar a atribuição da banca n.º 10 da Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria;

15—**E/3184/2015**, de 10 de abril de 2015, Cecília Maria Jesus Silva, veio solicitar a atribuição de um lugar na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, para venda de produtos secos e similares.

Após a análise dos pedidos, a Câmara Municipal delibera:

- Deferir, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, os pedidos identificados nos pontos I, II e III, relativos à ocupação dos lugares fixos, para comércio das categorias de produtos previstos no Anexo I do citado Regulamento, atendendo que a venda ambulante nos locais fixos a seguir elencados respeita a tipologia de produtos fixada e tem sido exercida pelos interessados, de forma permanente, em alguns casos em equipamento municipal e de acordo com a organização do espaço estabelecida pela Câmara Municipal e atribuir o direito de uso do espaço público dos lugares, para a tipologia de produtos e aos vendedores ambulantes a seguir identificados:

- Um lugar para a venda ambulante de restauração e bebidas na Av. Dr. José Henriques Vareda, junto ao Estádio Municipal, na Marinha Grande, a **João Joaquim Batista Arcanjo**;

- Um lugar para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares a **Malick Gueye**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares a **Maria Helena Cunca Soares** e a **Susana Luísa de Oliveira Fernandes**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares a **Rosa Maria Marques Duarte**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares a **Maria Transito Tixicuro Maldonado**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de bijutaria, artesanato, frutos secos e produtos similares a **Maria de Lurdes Joaquina de Sousa Santana**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de pipocas a **Sabino de Jesus Carvalho**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, freguesia da Marinha Grande, para a venda de pipocas a **Ricardo Miguel Barata Simões**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Élia Maria Ferreira Alexandre**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Angelina Maria Gaspar Assunção Simões**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Carina Sofia Rodrigues Coelho da Silva**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Lurdes Maria Rodrigues Margarido Fé**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Ivone Carla Franquinho Tomáz**.
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Joaquim Murtinheira Guerra**;

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Américo Lourenço da Silva**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Irene da Silva Simões**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frutos secos e similares, a **Beatriz dos Fitos Mesquita**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de frituras e outros comestíveis, a **Filipe Monteiro Cardinali**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Celeste Paiva Letra**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Maria Júlia Lopes Tomáz**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Emília Lopes Tomáz**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Hermínia Sequeira Gabriel Lavos**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Ermesenda Tomé Pedrosa**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Natália Vitorino Tomáz**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Argentina da Piedade Correia**;
- **Dois lugares** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Maria Avenilde Branco Pedrosa**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Saúl Feteira Fragata**;
- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria,

freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de peixe, a **Júlia Piedade Correia**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de marisco, a **Anabela Ramusga Lobo Rosa**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de marisco, a **Maria Manuela Moreira Pedrosa**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de marisco, a **Maria Virginia de Oliveira Crespo**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Rua José Loureiro Botas, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de marisco, a **Maria Odete dos Santos Lourenço**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida Marginal, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas, designadamente, pintores e artesãos, a **Mamadou N'Diaye**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida Marginal, na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para a venda de artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas, designadamente, pintores e artesãos, a **Abdelaziz Belkaid**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores (junto ao Turismo), na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário, a **João Joaquim Batista Arcanjo**;

- **Um lugar** para venda ambulante na Avenida dos Pescadores (junto ao Turismo), na Praia de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, para unidades móveis de restauração e bebidas de caráter não sedentário, a **Daniel Gomes Batista**.

Mais delibera, com base nos fundamentos a seguir elencados, NOTIFICAR os requerentes identificados em infra, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, para se pronunciarem em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 10 dias úteis, sobre o presente projeto de indeferimento das pretensões:

1 - **Hicham Kalda, Abdenbi Kalda, Isabel Rosa Ferreira Lima Forte, Silvina de Jesus Barros Monteiro, José Eduardo Barbosa Serra, Carla Sofia Brito Nogueira Lírio e César Jaime Tabango Maldonado** em que requerem a venda de acessórios de moda, artesanato e produtos similares, na Praça Afonso Lopes Vieira, na Praia de São Pedro de Moel, na medida em que não ocupam quaisquer dos lugares fixos previstos. Assim, trata-se de ocupação de espaço de venda não autorizada, excluída do regime excecional do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, publicitado através do Edital n.º 7/2015 de 10 de março de 2015, aplicável somente aos lugares fixos previstos no Anexo I do Regulamento.

2 - **Sandrina Silva**, em que requer a venda de crepes em São Pedro de Moel, e **Silvina Maria Francisco**, em que requer autorização para venda ambulante em local fixo no muro junto ao Bar da Praia, em São Pedro de Moel, na medida em que consubstanciam a ocupação de espaço de venda e tipologias de produtos não previstas no regime excecional do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, publicitado através do Edital n.º 7/2015 de 10 de março de 2015, aplicável somente aos lugares fixos e para a categoria de produtos previstos no Anexo I do Regulamento e ainda por violarem a proibição estabelecida no artigo 22.º do regulamento, por pretenderem a venda a menos de 200 metros de estabelecimento fixo com o mesmo ramo de comércio.

3 - **Slimane Kalda**, **Mouloud Kalda**, **Salah Kalda**, **Mustapha Kalda**, em que solicitam a venda de artigos tipo “marroquino” na Rua da Boavista, na Praia de Vieira de Leiria, **German Flores Morales** e **Ricardo Fernando Ruiz Quinchuqui**, que requerem a venda de artesanato do Nepal e Equador, uma vez que não ocupam quaisquer dos lugares fixos previstos e procedem à venda de produtos cuja tipologia não está autorizada, ou seja, o regime excecional previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, publicitado através do Edital n.º 7/2015 de 10 de março de 2015, não lhes é aplicável na medida que só é aos lugares fixos previstos no Anexo I do Regulamento.

4 - **Paulo Rui de Sousa Pires**, em que solicita a venda ambulante em local fixo na Avenida Marginal, Praia de Vieira de Leiria, para a comercialização de crepes, uma vez que consubstancia a ocupação de espaço de venda e tipologia de produtos a comercializar não autorizada, excluída do regime excecional previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, publicitado através do Edital n.º 7/2015 de 10 de março de 2015, aplicável aos lugares fixos e para a categoria de produtos previstos no Anexo I do Regulamento.

5 - **Maide Zenaide da Silva** veio solicitar autorização para apresentar candidatura para um lugar na Praia da Vieira de Leiria e **Allal Kalda** solicita autorização para a venda ambulante, na Praia de Vieira de Leiria, pelo facto de terem sido instruídos fora de prazo e não identificarem qualquer lugar a ocupar ou a tipologia de produtos a comercializar. Além disso, a eventual atribuição do direito de uso de espaço público está, por força do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, sujeita a sorteio.

6 - **Fernando Gomes Freire** e **José Gomes da Silva**, solicitam autorização para a venda ambulante de pipocas, na Avenida dos Pescadores, Praia da Vieira de Leiria, na medida em que não ocupam quaisquer dos lugares fixos previstos. Assim, trata-se de ocupação de espaço de venda não autorizada, excluída do regime excecional do n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento, publicitado através do Edital n.º 7/2015 de 10 de março de 2015, aplicável somente aos lugares fixos previstos no Anexo I do Regulamento.

7 - **Sandra Luísa Faustino Ferreira**, vem requerer a atribuição de um lugar fixo para venda de peixe na Avenida dos Pescadores, na Praia da Vieira de Leiria, **Maria Helena Rodrigues Vitorino Serralha**, vem solicitar a atribuição de dois lugares fixos identificados, como lugar 1, para venda de marisco, da Rua José Loureiro Botas, e outro como banca n.º 10 da Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, e **Cecília Maria Jesus Silva**, solicita a

atribuição de um lugar na Avenida dos Pescadores, na Praia de Vieira de Leiria, para venda de produtos secos e similares, atendendo que não estão abrangida pelo regime excecional e, por isso, a atribuição do direito de uso do espaço público está, por força do n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, sujeita a sorteio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - PRESCRIÇÃO DE DÍVIDAS

Sobre este assunto foram pedidos esclarecimentos:

A Sra. Vereadora Maria João Gomes perguntou se atualmente estavam asseguradas as medidas para que a situação de não cobrança das dívidas não se voltasse a repetir.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira perguntou sobre a que se reportam estas dívidas, porque não foram cobradas e porque prescrevem. Andámos 18 meses sem notificar os clientes, por negligência da câmara, e agora vemos prescrever € 13.087,17, dinheiro público.

Terminadas as intervenções foi posta à votação a seguinte proposta:

518 - De acordo com o regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os Municípios estão incumbidos de assegurar a provisão de serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, cabendo à Câmara Municipal fixar as tarifas e os preços da prestação destes serviços ao público, conforme determina o artigo 33.º, n.º 1, alínea e) da citada Lei.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, elenca nas receitas a obter pelos municípios, o resultado da cobrança de taxas e preços, nomeadamente, quanto ao abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, conforme artigo 21.º, n.º 3, alíneas a), b) e c) da referida Lei.

As tarifas devidas pelos utentes dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, são tributos de periodicidade mensal, cujo facto tributário consiste na prestação de um serviço continuado, no âmbito da vigência de um contrato entre o consumidor e a entidade gestora, cuja liquidação se considera efetuada com a notificação para pagamento voluntário, consubstanciada no envio da respectiva fatura, (cfr. artigo 9.º da Lei n.º 23/96, de 27 de julho, na sua redação atual e n.º 1 do artigo 67.º Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto).

Ao abrigo da alínea h) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, a entidade gestora tem direito a proceder à interrupção dos serviços de abastecimento de água e recolha de águas residuais, por motivo de atraso no pagamento da fatura, desde que respeitado o aviso prévio previsto nas disposições legais referidas, e no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 23/96, de 27 de julho, na sua redação atual.

Neste sentido, os serviços da subunidade orgânica do Gabinete de Atendimento ao Município, no caso de mora no pagamento dos consumos realizados, têm vindo a remeter avisos prévios de suspensão do serviço através de correio registado, com a antecedência de 20 dias relativamente à data em que venha a ter lugar a suspensão do fornecimento de água.

Atendendo que, em consequência do processo de integração e implementação da aplicação informática Aquamatrix, não foram remetidas as referidas notificação durante cerca de 18 meses, que, no ano de 2014, por incumprimento do contrato de prestação de serviço de instalação, retirada de contadores e corte de abastecimento de água, não foram regularmente executadas as suspensões de abastecimento de água e que, só atualmente, com o reforço da remessa dos avisos de débito e com a nova prestação de serviços, estamos a diligenciar pela atempada suspensão do abastecimento de água, existem clientes com faturas em dívida que agora estão a ser devidamente notificados para procederem à sua regularização, sob pena de suspensão do fornecimento de água.

Pela factualidade apresentada e perante o mencionado aviso prévio de suspensão do serviço, os titulares dos contratos de abastecimento de água identificados em anexo, vieram junto do Município da Marinha Grande invocar a prescrição das dívidas relativas ao fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais e gestão de resíduos sólidos urbanos.

A Lei 23/96, de 26 de julho, na redação atual, pretendeu criar no ordenamento jurídico algumas regras relativas à prestação de serviços públicos essenciais com o objetivo de proteção do utente.

O artigo 1.º, n.º 2 do referido diploma, estipula quais os serviços abrangidos no seu âmbito e inclui aqui os serviços de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, conforme alíneas a), f) e g) deste artigo.

Por força do 10.º da citada Lei, o direito ao recebimento do preço do serviço de fornecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos prescreve no prazo de seis meses após a prestação do serviço a que respeitam, ou seja, o direito de receber o preço de um serviço público essencial prescreve, independentemente da apresentação de faturas, no prazo de seis meses após a sua prestação.

A prescrição só produz o efeito de extinguir o crédito da entidade gestora se for invocada pelo devedor. Enquanto o não for, a entidade gestora pode recorrer aos mecanismos previstos na lei para exigir ou obter o pagamento (os quais ficam prejudicados a partir do momento em que se verificar tal invocação).

Nestas situações, trata-se, conforme se sublinha no Acórdão do STA de 7/11/2007, de uma prescrição extintiva, que permite ao devedor recusar o pagamento, quando decorridos mais de seis meses contados do momento em que a dívida se tornou exigível.

A prescrição só produz o efeito de extinguir o crédito da entidade gestora se for invocada pelo devedor, ou seja, sobre o beneficiário da prescrição impede o onus de invocação. No

entanto, caso esta seja invocada por aquele a quem aproveita, a mesma torna-se eficaz e confere ao beneficiário a faculdade do aproveitamento dos seus efeitos.

Relativamente aos efeitos, importa salientar que a prescrição é o instituto pelo qual se extingue a obrigação tributária.

Presentes informações 1/862/2015 e 1/937/2015, do Gabinete de Atendimento ao Município, datadas, respetivamente de 25 de Junho de 2015 e 11 de julho de 2015, e respectivos anexos onde se extrai informação relativa ao titular do contrato de fornecimento de água, local de consumo, identificação das faturas em mora e montantes.

Considerando que a prescrição é o instituto pelo qual se extingue a obrigação tributária.

Considerando que não se verificam quaisquer causas de interrupção e suspensão da prescrição.

A Câmara Municipal delibera, no âmbito da sua competência para promover a cobrança coerciva das dívidas e por terem decorrido os prazos legais de prescrição previstos no artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, na sua redação atual, declarar prescritas as dívidas constantes da lista anexa à presente deliberação, que se dá por integralmente reproduzida, no valor total de 13.087,17€.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - VENDA AMBULANTE EM LOCAIS FIXOS

519 - Através do requerimento E/3635/2015, de 28 de abril de 2015, Samuel Assunção Simões veio requerer autorização para o exercício da venda ambulante de waffles, numa banca amovível com 2 m2, em local privado junto ao estabelecimento de restauração denominado “Flor do Lis”, na Praia de Vieira de Leiria, durante os meses de julho e agosto;

Luís António Jorge Varalonga veio, através de requerimento com registo de entrada E/3071/2015, de 8 de abril de 2015, requerer autorização para exercício da venda ambulante de flores, em local fixo, no prédio sito em Barqueiro, Vieira de Leiria.

Por requerimento com registo de entrada n.º 2099/20015, de 2 de março, António Monteiro Nunes, veio solicitar autorização para o exercício da venda ambulante de fruta, em local fixo em prédio, do qual é proprietário, localizado junto à primeira rotunda da Praia de Vieira de Leiria.

O artigo 17.º do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes prevê que, desde que respeitadas as proibições previstas no artigo 22.º, a Câmara Municipal, ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, pode autorizar o exercício da atividade de venda ambulante em novos locais fixos, públicos ou privados, devendo estabelecer as categorias de produtos a comercializar no local.

Relativamente às restrições para a venda ambulante, o artigo 22.º do citado Regulamento, estabelece que não é permitido o exercício da venda ambulante:

- a) Fora do espaço de venda e do horário autorizado;
- b) Em locais que impeçam ou dificultem o acesso a monumentos e a edifícios ou instalações, públicos ou privados, bem como o acesso a exposição dos estabelecimentos comerciais;
- c) A menos de 200 m de estabelecimentos fixos com o mesmo ramo de comércio, com exceção dos locais de venda fixos com mobiliário instalado pela Câmara Municipal;
- d) Nos locais situados a menos de 200 m de periferia do mercado municipal;
- e) Nas estradas nacionais e municipais, inclusive nos troços dentro das povoações, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões;
- g) Quando impeça o acesso aos meios de transporte e às paragens dos respetivos veículos.

Pelo exposto, a fim de dar cumprimento à norma regulamentar, os processos foram remetidos à apreciação da Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, que emitiu o parecer que a seguir se transcreve:

*“Relativamente ao pedido de parecer de venda ambulante em locais fixos dos requerentes Samuel Assunção Simões, Luís António Jorge Varalunga e António Monteiro Nunes, vem esta Associação pronunciar-se nos termos do Regulamento Camarário em vigor:
A Direcção da ACIMG entende que, tendo em conta a oferta já existente de produtos iguais, semelhantes ou complementares, assim como a dimensão do mercado em causa, não se verifica qualquer necessidade de conceder uma autorização para o exercício das actividades em causa sob a forma de venda ambulante, na freguesia de Vieira de Leiria.”*

Paralelamente, foi solicitado aos Serviços de Fiscalização da Câmara Municipal que se deslocassem aos locais a fim de averiguarem se o exercício da venda ambulante nos termos requeridos, é suscetível de violar as proibições estabelecidas no artigo 22.º do Regulamento, tendo estes serviços, através de informação datada de 09 de julho de 2015, informado o seguinte:

“Feita a deslocação aos locais verificou-se que:

- Relativamente ao requerido por Samuel Assunção Simões ainda que não apresente planta de localização com a marcação do pretendido, informa-se que nas imediações do estabelecimento “Flor do Lis” (a menos de 200 mts) existem vários estabelecimentos de restauração e bebidas, estabelecimentos de bebidas (cafés, restaurantes, pizaria, pastelaria, creperia, etc), sugere-se a verificação de eventual localização em área de DPM.*
- Relativamente ao requerido por António Monteiro Nunes e ao requerido por António Jorge Varalunga, estas não violam as proibições enumeradas acima.”*

Face ao suscitado pelo Serviço de Fiscalização, foi solicitado ao serviço de Planeamento e Projetos – área de informação geográfica da Divisão de Ordenamento do Território, informação sobre a localização do pretendido por Samuel Assunção Simões, tendo esse serviço confirmado que a esplanada anexa ao estabelecimento de restauração “Flor do Lis”

se situa em Domínio Público Marítimo, de acordo com o Auto de Delimitação aprovado na II Série do Diário da República n.º 127, de 5 de junho de 1951.

Os pedidos foram ainda remetidos à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria para se pronunciarem, querendo, sobre eventuais condicionalismos ao exercício daquela venda ambulante. Em 10 de julho de 2015, rececinámos dessa Junta de Freguesia, o seguinte parecer:

“Relativamente aos pedidos apresentados para apreciação do exercício da venda ambulante, cumpre-nos informar:

- 1) Samuel Assunção Simões: O local solicitado pertence ao perímetro marítimo que não é da nossa competência e colide com os estabelecimentos comerciais (restaurantes e cafés) instalados no local.*
- 2) Luís António Jorge Varalonga: Vieira de Leiria já possui comércio instalado deste tipo (venda de flores) que se considera suficiente para as necessidades da população.*
- 3) António Monteiro Nunes: Uma vez que o local é um terreno privado e onde há já vários anos o requerente exerce este tipo de atividade (venda de fruta), que não colide com o comércio instalado, não vemos inconveniência na sua continuidade.”*

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, compete à Câmara Municipal, ouvida a Associação Comercial e Industrial da Marinha Grande, autorizar o exercício da atividade de venda ambulante em novos locais fixos, públicos ou privados, devendo para ao efeito estabelecer as categorias de produtos.

Após a análise dos pedidos, compulsados os pareceres emitidos pela ACIMG e Junta de Freguesia de Vieira de Leiria e a informação dos Serviços de Fiscalização, a Câmara Municipal apreciou e:

1) Relativamente ao exercício da venda ambulante, numa banca amovível com 2 m2, em local privado junto ao estabelecimento de restauração denominado “Flor do Lis”, na Praia de Vieira de Leiria, durante os meses de julho e agosto, **deliberou notificar o requerente Samuel Assunção Simões do projeto de decisão de indeferimento do seu pedido**, uma vez que a autorização pretendida consubstancia o exercício da venda ambulante a menos de 200 m de estabelecimentos fixos com o mesmo ramo de comércio e o local situa-se em Domínio Público Marítimo, de acordo com o Auto de Delimitação aprovado na II Série do Diário da República n.º 127, de 5 de junho de 1951, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

2) No que respeita ao pedido de autorização para exercício da venda ambulante de flores, em local fixo, no prédio sito em Barqueiro, Vieira de Leiria, apresentado por Luís António Jorge Varalonga, **deliberou notificar o requerente nos mesmos termos da alínea 1) anterior.**

3) Por último, sobre o pedido autorização para o exercício da venda ambulante de fruta, em local fixo em prédio, do qual é proprietário, localizado junto à primeira rotunda da Praia de Vieira de Leiria, apresentado por António Monteiro Nunes, **deliberou autorizar o pedido por unanimidade, porque o requerente é proprietário do terreno onde está localizada a venda e por não haver qualquer registo de contestação de outros vendedores.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BENS MÓVEIS PARA VENDA NOS MUSEUS MUNICIPAIS

520 - Presente a informação interna I/948/2015 do Museu do Vidro com proposta de fixação de preço para novos artigos de artesanato em vidro, para venda nos museus municipais, cujo preço de venda ao público não se encontra estabelecido.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

- Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

- De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

- Os museus municipais são geridos pela Câmara Municipal e disponibilizam para venda ao público artesanato em vidro, como forma de dinamização cultural e económica de interesse municipal;

Nesse sentido propõe-se a fixação dos preços para os novos artigos adquiridos, de acordo com a seguinte tabela:

DESIGNAÇÃO	PREÇO CUSTO	P.V.P. S/IVA	IVA	P.V.P. C/IVA
Presépio família 20cm (T.)	13,00 €	17,07 €	3,93 €	21,00 €
Presépio noite de paz 15cm (T.)	11,00 €	14,23 €	3,27 €	17,50 €
Presépio sono feliz 15cm (T.)	11,00 €	14,23 €	3,27 €	17,50 €
Íman (Lampicentro)	3,00 €	4,06 €	0,94 €	5,00 €

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera, ao abrigo da alínea e) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da sua competência para a gestão de instalações, equipamentos, serviços e recursos físicos integrados no património do município, de acordo com a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os preços dos bens móveis para venda nos museus municipais nela apresentados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22- RESCISÃO DO CONTRATO PROGRAMA ESTABELECIDO COM O SPORT IMPÉRIO MARINHENSE EM 27 DE SETEMBRO DE 2013 E DEVOLUÇÃO DE VERBAS RECEBIDAS

521 - Presente informação n.º 327, de 10 de março de 2015, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, referente ao contrato programa celebrado, em 27 de setembro de 2013, com o SIM – Sport Império Marinhense, cujo objeto consistia no apoio financeiro para a execução da obra de reconstrução do salão de festas.

Presente despacho do Sr.º Vereador Dr.º Vítor Pereira, de 25 de maio de 2015, com o seguinte teor *“Determino a cessação do contrato programa estabelecido com o Sport Império Marinhense, bem como a devolução de todas as verbas recebidas. Preparar proposta de deliberação de Câmara Municipal da Marinha Grande”*.

Considerando que:

- Em reunião de câmara municipal, de 17 de setembro de 2013, foi deliberado a atribuição de um apoio financeiro ao SIM – Sport Império Marinhense, no valor de 10.000,00€ para a *“Reconstrução de salão de festas”* (anexo I).
- Em 27 de setembro de 2013, foi celebrado um contrato programa com o SIM – Sport Império Marinhense, cujo objeto consistia no apoio financeiro para a execução da obra de reconstrução do salão de festas. A comparticipação financeira de 10.000,00€, seria liquidada em duas prestações. A primeira prestação de 5.000,00€ no dia da celebração do contrato, e a segunda de 5.000,00€ até ao dia 14 de dezembro de 2013. O pagamento da segunda prestação dependeria da apresentação, até 14 de dezembro de 2013, de diversos comprovativos de despesas efetuadas, para efeitos de certificação dos originais das faturas, recibos e extratos bancários comprovativos do desconto do cheque ou de outra forma de pagamento utilizada (anexo II).
- Em 17 de outubro de 2013, através de carta com registo de entrada n.º E/8369/2013, a entidade enviou a documentação relativo ao cumprimento do contrato programa (anexo III).

- Da análise aos documentos recebidos e após diversas apreciações foi emitida a seguinte informação, constante nos movimentos, de 31 de dezembro de 2013, no registo n.º E/8369/2013 (anexo IV):

“(...) Face aos diversos movimentos anteriores conclui-se o seguinte:

A entidade apresentou uma candidatura em 26/03/2013 para o apoio financeiro para "fazer face às despesas com a reconstrução do salão de festas";

Em 27 de setembro de 2013 foi elaborado o contrato programa do qual consta um apoio financeiro de 10.000,00€. O contrato programa assinado e que se anexa, refere que o contrato produz efeitos à data do termo do prazo para a apresentação das candidaturas, ou seja 31 de março de 2013.

Nos termos da cláusula 4.ª a entidade procedeu à entrega de documentos relativos ao apoio financeiro através do registo E/8369/2013. A entidade apresentou documentos comprovativos de despesa emitidos em 14/11/2012, no valor de 29.999,70€ e em 20/11/2012, no valor de 20.000,00€, ou seja anterior à data de início do contrato programa, pelo que se comprova agora que os trabalhos de reconstrução foram executados e faturados exclusivamente no ano de 2012.

A entidade apresenta ainda diversos pagamentos parcelares durante o ano de 2013, relativos às faturas acima referidas.

Nesse sentido entendemos que não podem ser aceites os documentos comprovativos de despesa agora apresentados, devendo, antes de ser tomada a decisão sobre a cessação do contrato, solicitar informações justificativas à entidade beneficiária do apoio. (...)”

- No dia 29 de janeiro de 2014, recebemos, através de email, uma fatura no valor de 64.896,00€ com data de emissão de 30 de janeiro de 2013 (anexo V).

- Em 26 de fevereiro de 2014 foi elaborada uma informação jurídica sobre o exposto, extraindo-se daí o seguinte (anexo VI):

“(...) Na presente situação, a entidade apresentou documentos comprovativos da realização de despesas reportadas a datas anteriores ao período de vigência do contrato programa (facto atestado pelos serviços da DCD, em 31/12/2013, E/8369/2013).

O artigo 11.º, n.º 1, do Regulamento municipal que presidiu à atribuição deste apoio, determina que com exceção de apoios pontuais, todos os restantes benefícios são concedidos para o ano civil subsequente ao da apresentação da candidatura. Ficam assim, automaticamente excluídos quaisquer custos respeitantes a anos civis anteriores.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

A constatação de uma situação de incumprimento do contrato constitui justa causa de rescisão, podendo implicar a devolução dos montantes recebidos (cláusula 9.ª, n.º 1, do contrato programa).

O n.º 6 da cláusula 4.ª, estabelece que a não apresentação dos documentos referidos nos n.ºs 4 e 5 determina a devolução do valor já recebido.

O facto de não ter sido apresentado, em tempo, qualquer comprovativo da realização das despesas objeto do contrato programa no ano de 2013 conjugado com as cláusulas 4.ª, n.ºs 6 e 8 e 9.ª, n.º 1 impedem a manutenção em vigor do contrato celebrado.

Assim, deve ser promovida a audiência prévia da entidade beneficiária, nos termos dos artigos 100.º e 101.º, do Código do Procedimento Administrativo. (...)"

- Nos termos da conclusão da informação jurídica acima referida, foi determinado, por despacho do Sr.º Presidente, datado de 27 de fevereiro de 2014 o seguinte *"Para diligenciar a audiência prévia aqui proposta"*.

- Em 24 de março de 2014, foi elaborado o ofício n.º S/991/2014, sendo posteriormente reenviado e recebido pela entidade em 08 de maio de 2014, conforme registo de aviso de receção, a notificar a entidade dos motivos da intenção da cessação do contrato programa (anexo VII).

- A entidade, remeteu em 3 de junho de 2014, através de carta com registo de entrada n.º E/4560/2015, resposta à notificação, não acrescentando factos que relevem para a reapreciação do processo. (anexo VIII).

Apreciada a presente informação, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do n.º 1 da cláusula 9.ª do contrato programa assinado em 27 de setembro com o Sport Império Marinhense, e do n.º 1 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, rescindir o contrato programa assinado em 27 de setembro de 2013 com o Sport Império Marinhense, para a execução da obra de reconstrução de salão de festas da entidade beneficiária, a realizar na Marinha Grande.

Delibera ainda ao abrigo do n.º 6 da cláusula 4.ª do contrato programa acima identificado, e nos termos do n.º 2 e n.º 5 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, notificar ao Sport Império Marinhense para proceder à devolução da 1.ª prestação no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros) liquidada em 14 de outubro de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 2º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

522 - Presente informação n.º 1/949/2015 datada de 14 de julho de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da **apreciação de 29 processos de candidatura ao Incentivo à Natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande**, que deram entrada no 2º trimestre de 2015, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em reunião da Assembleia Municipal datada a 30 de abril de 2014.

1. Considerando que das 29 candidaturas apresentadas no 2º trimestre de 2015, e de acordo com a informação 1/949/2015 **existem 17 (dezassete) processos abaixo identificados, que suscitam dúvidas**, havendo a necessidade de esclarecê-las e efetuar diligências complementares, tendo em conta o previsto no n.4 do artigo 9º do citado regulamento, e o preceituado no n. 1 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015;

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/3454/2015	Ana Patrícia da Silva Rosa	243610858	Ricardo Daniel Fernandes	221379606
E/3609/2015	Tânia Marta vieira do Vale Calçada	215241045	Carlos Alberto Cardoso	227235886
E/4417/2015	Carina Alexandra Pereira Barracho	217625720	Hugo André da Costa Coelho	242297501
E/5147/2015	Maria Ivone Bento Alves Pereira	179506820	Não identificado	Não identificado
E/5362/2015	Liliana Andreia Raposeiro Martinho	212767062	Não identificado	Não identificado
E/4746/2015	Ângela Filipa Campaniço Ferreira	227694490	Eurico Gonçalo Moura Carlos	227694490
E/4796/2015	Gonçalo Miguel Frutuoso Ferreira	209366559	Sara Raquel Nunes Castro Santos	231190530
E/4820/2015	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Fernando Gomes Serrano	203916123
E/5016/2015	Ricardo José Alexandre Franco	223541222	Núria Carina Cardeira Martins	233736212
E/3363/2015	Susana Cristina Gaspar Morganiça	216644143	Não identificado	Não identificado
E/5476/2015	Ricardo Jorge Pinto Fernandes	219849897	Liliana Gomes Martins dos Santos	246108673
E/5595/2015	Belina Maria Dinis Ferreira Arroiteia	213820820	Não identifica	Não identificado
E/5596/2015	Ricardo João Conde Búzio Mendes Duarte	216670853	Maria Olívia Santos Caeiro Gomes	209541792
E/3053/2015	Clara Sofia da Silva Matos	241938147	Tiago Matildes Silva	245867651
E/4523/2015	Daniela Gaspar de Sousa	221670769	Miguel José Ramos Freire	218158505

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

E/4981/2015	Andreia Augusta Correia da Fonseca	234975938	Nuno Ricardo Fernandes Oliveira	222828536
E/5280/2015	Paulo Eduardo Ascenso Marrazes	201710730	Sónia Maria Ribeiro da Silva	220306605

2. Considerando que dos processos que deram entrada ao abrigo da alínea a) ou b) do n. 3 do artigo 2.º do citado regulamento, **12 (doze) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo** consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado;

Propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos processos dos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1.º Progenitor (Requerente)	NIF	2.º Progenitor (Requerente)	NIF	Subsídio a atribuir	
					Pagamento de 1.ª tranche	Pagamento de 2.ª tranche
E/2900/2015	Vânia Margarida Lopes Duarte	223589128	Luís Laureano Duarte Gomes	251258815	125,00€	125,00€
E/3017/2015	Anabela Coelho Pereira	210630027	Sandro Emanuel de Sousa	239306708	125,00€	125,00€
E/3018/2015	Flávia Cristiana Fonseca Gomes Duarte	227464443	Ricardo Miguel Fonseca	209967820	500,00€	500,00€
E/3401/2015	Ana Filipa Gomes da Silva	211938521	Carlos Jorge de Almeida Sousa	226119840	500,00€	500,00€
E/3778/2015	Valter Joel Gonçalves Ferreira	234150718	Iolanda Gomes Duarte	240957431	125,00€	125,00€
E/3781/2015	Mária Lúcia Dionísio Figueiredo de Gonçalves	193798190	José António Ribeiro Gonçalves	205821545	125,00€	125,00€
E/3777/2015	Vasco Emanuel Magalhães Craveiro	220562776	Vera Lúcia Lopes Santos	230269532	125,00€	125,00€
E/3945/2015	Heloísa Raquel Ferreira Duarte Vassalo	241635624	João Carlos Nunes Vassalo	197669581	125,00€	125,00€
E/4387/2015	Sandro Gonçalves Guerra	222854901	Lara Antunes Fernandes Santo	224833847	125,00€	125,00€
E/5078/2015	Rute Maria Sousa Luís	221640894	Tiago Alexandre Gomes Pereira	232529655	125,00€	125,00€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

E/5475/2015	Mónica Alexandra Dias Pereira	227327853	Leandro Sotana Faustino Ferreira	234891424	125,00€	125,00€
-------------	-------------------------------	-----------	----------------------------------	-----------	---------	---------

Processo c/ o registo de entrada	Progenitor (Requerente)	NIF	Subsídio a atribuir	
E/3780/2015	Hélène Fabienne da Silva	213788420	125,00€	125,00€

3. Considerando que, as candidaturas deverão ser apreciadas no final de cada trimestre e ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte, de acordo com o disposto no número 1 do artigo 9.º do referido regulamento.

4. Considerando que, os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação.

5. Considerando que, existe dotação disponível na ação 2014/A/75 do Plano de Atividades Municipal.

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 12 (doze) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo aos requerentes, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4.º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande.

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	<u>Até 30/09/2015</u>
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	<u>Até 30/10/2015</u>

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação na componente dos pagamentos a efetuar em 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“ VOTO a favor por concordar com a medida na generalidade.

Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas, mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento.”

24 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA

No início da discussão deste ponto o Sr. Vereador Aurélio Ferreira comunicou o seu impedimento, na discussão e votação do assunto do assunto que diz respeito às entidades ADESER e Sport Operário Marinhense nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por fazer parte dos Órgãos Sociais das mesmas.

Nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente declarou o impedimento do Sr. Vereador.

Foi apresentado um pedido de esclarecimento:

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira questionou porque para duas situações aparentemente semelhantes, numa temos uma proposta de deliberação de suspensão e outra de exclusão. Referiu que havendo três instituições a atuar na área dos idosos, denominadas universidades seniores, não entende porque a Asurpi foi contemplada e a Projetos de Vida - Cooperativa Social Cultural Lúdica Sénior da Marinha Grande, que apresentou um plano de atividades 2015, foi excluída.

Terminada a intervenção foi posta à votação a seguinte proposta:

523 - Presente deliberação n.º 264 de 16 de abril de 2015, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente.

Nos termos do n.º 5 do artigo 23.º do regulamento, o incumprimento ou cumprimento defeituoso de um contrato-programa ou protocolo, determina a devolução das quantias ou bens recebidos e constitui causa de exclusão de candidaturas até que essa devolução esteja efetivada.

O Sport Império Marinhense celebrou um contrato programa com o Município da Marinha Grande em 27 de setembro de 2013 que, atenta a informação I/327/2015 que se anexa, não foi cumprido.

Tendo já decorrido a audiência prévia relativa à eventual rescisão deste contrato, e não tendo sido apresentados, em sede de audiência prévia, dados ou argumentos que comprovem ou permitam admitir que o mesmo foi cumprido, foi despachada no dia 25 de maio de 2015 a apresentação à Câmara Municipal de uma proposta de rescisão do mesmo, bem como de devolução das verbas recebidas.

As candidaturas do Sport Império Marinhense haviam sido apreciadas e pontuadas uma vez que o processo acima indicado ainda se encontrava a decorrer, não havendo, à época, qualquer previsão de decisão.

Porém, atendendo a que nesta data já há uma intenção de decisão, que aponta para o incumprimento do contrato programa de 27 de setembro de 2013, e face às implicações previstas em regulamento, entende-se que não devem ser deliberados quaisquer apoios para o Sport Império Marinhense até que seja proferida a decisão da Câmara Municipal, pelo que as candidaturas do Sport Império Marinhense ficarão suspensas até que a Câmara Municipal possa apreciar e deliberar sobre este assunto.

Relativamente à candidatura da Associação Novo Olhar II, e atendendo à deliberação de câmara datada de 28 de maio de 2015, para a reposição do apoio financeiro atribuído em 2012, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), pelo facto de não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário em 2012, nos termos do disposto no art.º 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e n.º 1 do art.º 172.º do C.P.A.

Atendendo ainda a que, até à data, não foi realizada a reposição da verba em questão, a entidade vai ser notificada, em sede de audiência prévia, no sentido da exclusão da candidatura aparentada, ao abrigo do artigo 6.º e da alínea n.º 5, do artigo 23.º do regulamento.

Atendendo a que o desfile de carnaval, objeto de candidatura com o registo E/7783/2014, apresentada pela ACAMG não se realizou, entende-se que não deve ser atribuído qualquer

apoio financeiro, atendendo ao previsto no n.º 1 do artigo 17.º do regulamento, que estabelece que a não realização da atividade ou do projeto objeto de comparticipação municipal implica a perda automática do apoio ou dos benefícios concedidos.

As candidaturas apresentadas pela PROTUR (E/8139/2014) e pelo Sporting Clube Marinhense (E/8055/2014) foram retiradas a pedido das respetivas entidades, conforme comunicações por e-mail que se anexam.

As entidades abaixo identificadas, admitidas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, não procederam à entrega de documentos necessários à candidatura e/ou não foi ainda possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo:

- Clube dos Músicos – Relatório de contas de 2014 e respetiva ata de aprovação.
- SIR 1.º de Dezembro – Ata da aprovação das contas de 2014.
- Clube de Atletismo da Marinha Grande – Relatório de execução do II Meeting Fernando Alves + 8º Corta Mato Jovem + Milha de Cristal.
- GDR Figueiras – Relatório da execução das atividades BTT, 2º Corta Mato, Concurso de Pesca Jovem e Concurso de Pesca de Mar.
- Sporting Clube Marinhense – Relatório da execução do Festival de Patinagem Artística.
- SDR Garcienne – Relatório da execução do Programa para Atividade Física para a 3ª Idade e Relatórios de Contas de 2013 e 2014.
- SDR Pilado e Escoura – Plantas de localização, memória descritiva e estudos prévios ou descrições técnicas / peças desenhadas do que pretendem realizar no âmbito do pedido de apoio a infraestruturas.

- SDR Garcienne - Plantas de localização, memória descritiva e estudos prévios ou descrições técnicas / peças desenhadas do que pretendem realizar no âmbito do pedido de apoio a infraestruturas.

Deste modo, uma vez que sem estes documentos entregues e validados não é possível apreciar a execução de algumas candidaturas, assim como avaliar e/ou determinar se estão em risco de obrigação pecuniária para com a Câmara Municipal da Marinha Grande, não poderá ser atribuído qualquer apoio financeiro enquanto tal não se verificar.

Atendendo a que é necessário criar a classificação económica para enquadramento do apoio ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente para apoio às Atividades de Patinagem de Velocidade, o mesmo será atribuído logo que a situação esteja regularizada.

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, as transferências a efetuar pelas autarquias para as instituições constituídas por trabalhadores municipais, não podem exceder, por cada instituição, uma verba correspondente a 3,5% do somatório das remunerações e pensões, respetivamente, dos trabalhadores e aposentados

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

inscritos na instituição beneficiária, sendo que o valor do apoio financeiro a atribuir cumpre os limites legais estabelecidos, dado o limite apurado é de 91 683,22€.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2, do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e que compete à Câmara Municipal da Marinha Grande apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea u), p) e o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;

Atendendo ao exposto, às atribuições do Município da Marinha Grande, às competências da Câmara Municipal da Marinha Grande, aos critérios definidos no regulamento, e às verbas previstas em Plano de Atividades Municipais acima indicadas, considera-se atribuir os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/7349/2014	TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ACTUAÇÕES	504934562	43,3	6 000,00 €
E/7712/2014	ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	501540563	43	12 500,00 €
E/7717/2014	ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	501540563	26	250,00 €
E/7824/2014	ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	513040960	35,7	500,00 €
E/8067/2014	C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	501163980	40	6 000,00 €
E/8127/2014	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS - TEATRO	501417702	38	2 000,00 €
		ESCOLA DE MÚSICA			
		EXPOSIÇÕES			
E/7782/2014	ACAMG	MARCHAS POPULARES	509688063	42,7	15 000,00 €
E/7909/2014	STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	501082832	36,3	500,00 €
E/1702/2015	SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO - RANCHO FOLCLÓRICO	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	501056467	32,7	1 500,00 €
TOTAL					43 750,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

E/8051/2014	CDR AMIEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	501611410	26,3	2 000,00 €
E/8069/2014	ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES – 3.ª FASE	500787654	28,3	10 000,00 €
TOTAL					12 500,00 €

No que diz respeito às candidaturas apresentadas aos programas de apoio a atividades com caráter anual e pontual, tratam-se de projetos e objetivos com uma grande e comprovada abrangência de tipos de público, que envolvem várias entidades na sua concretização, congregam um grande número de recursos e participantes e têm também custos elevados de realização.

Considera-se assim que se tratam de objetivos e projetos de desenvolvimento cultural de elevado interesse municipal, pela forma como envolvem a comunidade e os agentes culturais do concelho, uns orientados maioritariamente para a formação artística, outros com uma forte componente formativa, e daí com enorme potencial de sustentabilidade e de grande contributo para o desenvolvimento da atividade cultural do concelho, razões pelas quais se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

Por outro lado, tratam-se de projetos que promovem o concelho do nível local ao nacional bem como o desenvolvimento económico do concelho.

Relativamente às candidaturas apresentadas ao programa de apoio a infraestruturas, tratam-se de projetos importantes para a conservação e requalificação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades das entidades beneficiárias, razão pela qual devem ser apoiadas nos montantes propostos.

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/7691/2014	APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA	501129430	35	500,00 €
E/7715/2014	ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	501540563	32,7	250,00 €
E/7810/2014	C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	501216049	42,3	3 000,00 €
E/7858/2014	CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	508144329	32	500,00 €
E/8052/2014	S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS	501417702	37,7	1 750,00 €
E/8062/2014	CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	501104305	44	14 000,00 €
E/8068/2014	C R AMIEIRINHENSE	5º PRÉMIO DE ATLETISMO	501163980	36	250,00 €
E/8073/2014	C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	504945980	35,7	1 000,00 €
E/7032/2014	GD CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	505233959	30,7	1 000,00 €
E/1714/2015	EAS ACADEMIA DE FUTEBOL MG	XII TORNEIO DE FUTEBOL HOTEL MAR E SOL - LAGOINHA PARK	509495281	27	250,00 €
E/8111/2014	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	501056467	35,3	1 750,00 €
TOTAL					24 250,00 €
E/8110/2014	SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	501056467	25,7	1 000,00 €
E/8044/2014	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	501224254	31,3	8 000,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

E/1754/2015	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA 1.º JANEIRO	AQUISIÇÃO DE UM ROBOT E 3 MESAS DE TÊNIS DE MESA	501623051	35,3	1 500,00 €
TOTAL					10 500,00 €

No que diz respeito às candidaturas apresentadas aos programas de apoio a atividades com caráter anual e pontual, tratam-se de projetos e objetivos com uma grande e comprovada abrangência de tipos de público, que congregam um grande número de recursos e participantes.

O Rally Centro Vidreiro é um projeto com uma elevada envolvimento de necessidades logísticas e custos, que trás ao Município da Marinha Grande uma grande projeção nacional, com impactos significativos ao nível económico no concelho.

Os objetivos e projetos desportivos apresentados são considerados de elevado interesse municipal, pela diversidade de áreas e pelo elevado nível de envolvimento de participantes do concelho e fora dele. Contribuem significativamente para o desenvolvimento desportivo e valorização dos agentes desportivos do concelho que, através da sua atividade regular, garantem a sustentabilidade de projetos que trazem ao município benefícios ao nível desportivo, económico, social e turístico, razões pelas quais se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

Relativamente às candidaturas apresentadas ao programa de apoio a infraestruturas, tratam-se de projetos importantes para a conservação e requalificação de equipamentos essenciais ao desenvolvimento das atividades das entidades beneficiárias, razão pela qual devem ser apoiadas nos montantes propostos.

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	MONTANTE
E/7690/2014	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	APOIO ATIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS	501129430	29,7	1 000,00 €
E/7696/2014	ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, II, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL, GAB. MÃO ABERTA E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	505933870	33,7	42 000,00 €
E/7713/2014	ASOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	APOIO P/ FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE CONVÍVIO	501540563	34	20 000,00 €
E/8037/2014	ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	501061029	32	1 000,00 €
E/8056/2014	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	504058550	28,3	1 000,00 €
E/8123/2014	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA E CABAZ DE NATAL	504190466	27,3	16 500,00 €

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

E/8117/2014	ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	ALMOÇO DE NATAL	502870419	27,7	2 500,00 €
TOTAL					84 000,00 €

No que diz respeito às candidaturas apresentadas aos programas de apoio a atividades com caráter anual e pontual, tratam-se de projetos e atividades de comprovada relevância e reconhecido mérito a nível social, que há vários anos vêm dignificando o concelho da Marinha Grande. Destinam-se a públicos-alvo diversos, procurando dar a cada um deles a resposta adequada às suas reais necessidades, tendo sempre em vista a promoção do bem-estar das populações mais vulneráveis e mais desfavorecidas.

Considera-se assim que se tratam de atividades e projetos de considerável interesse municipal, pela forma como promovem, protegem e apoiam a integração social e comunitária dos seus beneficiários, razão pela qual se entende que devem ser apoiados nos montantes propostos.

No que diz respeito às candidaturas apresentadas ao programa de apoio a infraestruturas pela Associação Social, Cultural, e Desportiva de Casal Galego para as obras de Requalificação na sede, e para a São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita para projetos de arquitetura e especialidades, atendendo à presente inexistência de dotação financeira em Plano de Atividades Municipal, não é possível, nesta fase, atribuir apoio financeiro, enquanto não for avaliada a possibilidade de reforço da respetiva ação, devendo as entidades ser informadas.

No que diz respeito à candidatura apresentada pela Associação Casa D'Árvore e uma vez que se trata de projeto no âmbito educativo e à inexistência de enquadramento financeiro em Plano de Atividades Municipal, considera-se não haver possibilidade de atribuição de apoio financeiros.

No que diz respeito à candidatura apresentada pelos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria no âmbito do programa de apoio a atividades com caráter anual e infraestruturas, e atendendo a que as suas atividades já são apoiadas no âmbito do Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro, não poderá ser realizada a atribuição de outros apoios financeiros.

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou as propostas, com as quais concorda na íntegra, e delibera conceder:

1. Ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
CDR AMEIRA	OBRAS NAS INSTALAÇÕES (TELHADO E CASAS DE BANHO)	501611410	26,3	2015/A/177	2 000,00 €	E
ACR COMEIRA	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES – 3.ª FASE	500787654	28,3	2015/A/177	10 000,00 €	E
TOCANDAR	ATIVIDADES / OFICINAS E ACTUAÇÕES	504934562	43,3	2015/A/176	6 000,00 €	B
ASSOC. AMIGOS COMBOIO DE LATA	PLANO ATIVIDADES 2015	513040960	35,7	2015/A/176	500,00 €	B
TOTAL					18 500,00 €	

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
SIR 1º MAIO - PICASSINOS	OBRAS SUBSTITUIÇÃO DE JANELÕES E REFRIGERAÇÃO DO PAVILHÃO	501056467	25,7	2015/A/197	1 000,00 €	F
ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	SISTEMA DE REGA PARA O RELVADO SINTÉTICO	501224254	31,3	2015/A/197	8 000,00 €	F
TOTAL					9 000,00 €	

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	501061029	32	2015/A/111	1 000,00 €	B
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DOENTES DE PARKINSON	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ATIVIDADES 2015	504058550	28,3	2015/A/111	1 000,00 €	B
TOTAL					2 000,00 €	

2. Ao abrigo da alínea p) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	FESTA E CABAZ DE NATAL	504190466	27,3	2015/A/199	16500,00 €	A
TOTAL					16 500,00 €	

3. Ao abrigo da alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, os seguintes apoios financeiros:

ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL E RECREATIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
ASCD CASAL GALEGO	FAG 2015	501540563	43	2015/A/176	12 500,00 €	A
ASCD CASAL GALEGO	ARRAIAL POPULAR	501540563	26	2015/A/176	250,00 €	A
C R AMIEIRINHENSE	ESCOLA DE MÚSICA	501163980	40	2015/A/176	6 000,00 €	B
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES CULTURAIS - TEATRO ESCOLA DE MÚSICA EXPOSIÇÕES	501417702	38	2015/A/176	2 000,00 €	B
ACAMG	MARCHAS POPULARES	509688063	42,7	2015/A/176	15 000,00 €	A
STIV	COMEMORAÇÕES DO 18 DE JANEIRO	501082832	36,3	2015/A/176	500,00 €	A
SOCIEDADE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO - RANCHO FOLCLÓRICO	34º ENCONTRO DE FOLCLORE	501056467	32,7	2015/A/176	1 500,00 €	A
TOTAL					38 250,00 €	

ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
APDEFICIENTES	ATIVIDADES ÁREA DESPORTIVA	501129430	35	2015/A/198	500,00 €	D
ASCD CASAL GALEGO	6ª PROVA DE BTT	501540563	32,7	2015/A/198	250,00 €	C
C D MOITENSE	64º CIRCUITO DE CICLISMO	501216049	42,3	2015/A/198	3 000,00 €	C
CASA DO BENFICA	FESTIVAL HIPICO	508144329	32	2015/A/198	500,00 €	C
S OPERÁRIO MARINHENSE	ATIVIDADES DESPORTIVAS	501417702	37,7	2015/A/198	1 750,00 €	D

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

CLUBE AUTOMÓVEL Mª GRANDE	RALLYE VIDREIRO CENTRO DE PORTUGAL	501104305	44	2015/A/198	14 000,00 €	C
C R AMIEIRINHENSE	5º PRÉMIO DE ATLETISMO	501163980	36	2015/A/198	250,00 €	C
C M MOTABOUT	CONCENTRAÇÃO MOTARD	504945980	35,7	2015/A/198	1 000,00 €	C
GD CASA ÁGUIA COMPETIÇÃO	8º MASTER / 25º CONCURSO DE PESCA	505233959	30,7	2015/A/198	1 000,00 €	C
EAS ACADEMIA DE FUTEBOL MG	XII TORNEIO DE FUTEBOL HOTEL MAR E SOL - LAGOINHA PARK	509495281	27	2015/A/198	250,00 €	C
SIR 1º MAIO - PICASSINOS	FESTAND E ANDEBOL DE PRAIA	501056467	35,3	2015/A/198	1 750,00 €	C
SOCIEDADE BENEFICÊNCIA 1.º JANEIRO	AQUISIÇÃO DE UM ROBOT E 3 MESAS DE TÊNIS DE MESA	501623051	35,3	2015/A/197	1 500,00 €	D
TOTAL					25 750,00 €	

ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE	TIPO CONTRATO
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DEFICIENTES	APOIO ATIVIDADES SOCIAIS E RECREATIVAS	501129430	29,7	2015/A/111	1 000,00 €	B
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO DA MARINHA GRANDE, II, IPSS	FUNCIONAMENTO DO OTL, GAB. MÃO ABERTA E APOIO SOCIAL A CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	505933870	33,7	2015/A/111	42 000,00 €	B
ASOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	APOIO P/ FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE DIA/SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO E CENTRO DE CONVÍVIO	501540563	34	2015/A/111	20 000,00 €	B
ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	ALMOÇO DE NATAL	502870419	27,7	2015/A/111	2 500,00 €	A
TOTAL					65 500,00 €	

O artigo 18.º do regulamento define que constitui condição de eficácia da deliberação que atribui o apoio ou o benefício, a subsequente celebração do contrato ou protocolo nos termos do previsto no regulamento. Nos termos do n.º 1 do regulamento, os apoios ou benefícios concedidos são obrigatoriamente objeto de contratos-programa ou de protocolos, cujas minutas gerais se anexam, definindo-se ainda que os benefícios abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, são obrigatoriamente objeto de contrato programa nos termos de minuta constante em anexo ao regulamento.

Deste modo, a Câmara Municipal delibera aprovar as minutas de contrato-programa em anexo (Anexo 2) a celebrar com as entidades beneficiárias, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015, no caso das entidades cujas atividades ou projetos se iniciaram entre 01 de janeiro e 15 de abril de 2015, e o dia 16 de abril de 2015, no caso das entidades que iniciaram atividades ou projetos a partir de 16 de abril de 2015.

A Câmara Municipal delibera ainda, ao abrigo do artigo 6.º, do artigo 17.º, e do n.º 5 do artigo 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra:

Suspender as candidaturas do Sport Império Marinhense até que a Câmara Municipal possa apreciar e deliberar sobre a devolução do apoio concedido em 2013, devido ao incumprimento do contrato-programa datado de 27 de setembro de 2013.

Suspender a atribuição de apoio financeiro às entidades que ainda não procederam à entrega de documentos necessários e/ou ainda não foi possível validar os relatórios de atividades, de contas ou de obrigações decorrentes da assinatura de protocolos, contratos-programa e contratos de desenvolvimento desportivo.

Não atribuir apoio financeiro à candidatura apresentada pela ACAMG para o desfile de carnaval, por o mesmo não ter sido realizado;

Informar a Associação Social, Cultural, e Desportiva de Casal Galego e a São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita que, atendendo à presente inexistência de dotação financeira em Plano de Atividades Municipal, não é possível, nesta fase, atribuir apoio financeiro, enquanto não for avaliada a possibilidade de reforço da respetiva ação, devendo as entidades serem informadas.

Informar a Associação Casa D'Árvore sobre a inexistência de enquadramento financeiro em Plano de Atividades Municipal e a impossibilidade de atribuição do mesmo.

Informar os Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria sobre decisão de não conceder apoio financeiro às candidaturas apresentadas uma vez que a entidade já é apoiada no âmbito do Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro.

Esta deliberação foi tomada por maioria com seis votos a favor e uma abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira que proferiu a seguinte declaração de voto:

“ A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas

de apoio (cultural, social e desportiva), o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios, embora estes sejam subjectivos.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Em função da pontuação que cada associação mereceu, não se percebe porque aquela verba foi atribuída e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização das actividades. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas. Temos mais de meio ano decorrido e há alguns destes eventos já se realizaram.

Também desconhecemos os mecanismos adoptados pela camara municipal para que não haja duplicação de apoios públicos para o mesmo fim, veja-se o exemplo da ASCD Casal Galego, que está aqui com apoio previsto para o funcionamento de centro de dia, serviço de apoio domiciliário e centro de convívio, respostas reguladas/apoiadas pela segurança social e simultaneamente já receberam apoio também da junta de freguesia.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira prestou o seguinte esclarecimento:

Relativamente à notícia divulgada em órgãos da Comunicação Social sobre o apoio à ACAMG, solicito que fique registado em ata a resposta dada:

“Nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente.

Atendendo a que a entidade ainda não entregou o relatório final de execução do contrato programa relativo à realização das Marchas Populares e Desfile de Carnaval de 2014, o processo de candidatura para as Marchas Populares de 2015 não está em condições de ser submetido à Câmara Municipal para aprovação do subsidio, sendo que só após a

deliberação da atribuição do apoio financeiro, é que o Município da Marinha Grande pode efetuar o respetivo pagamento.

A ACAMG, assinou contrato programa para apoio financeiro às Marchas Populares e Desfile de Carnaval em 30 de dezembro de 2014.

O apoio financeiro foi de 14.500€ e obrigava o beneficiário a entregar relatório final de execução do objeto do protocolo até 31 de janeiro de 2015.

Em 02/10/2014, entregou processo de candidatura para apoio para as marchas populares para 2015.

A candidatura foi analisada, tendo sido classificada com pontuação acima dos 25 pontos, passíveis de apoios financeiros.

Em fase de preparação do processo para atribuição do apoio por deliberação de câmara, verificou-se que a associação não tinha entregue o relatório final de execução decorrente da assinatura do contrato programa relativo a 2014.

Foram feitas várias tentativas de contacto telefónico, tendo sido, por fim, enviado um e-mail em 19/06/2015 a solicitar a entrega do relatório.

Em 23/06/2015 feito contacto telefónico com o presidente da ACAMG, a solicitar o relatório.

Em 24/06/2014, na reunião das Associações para balanço das Festas da Cidade foi novamente reforçado o pedido do relatório ao presidente da ACAMG.

No Desfile das Marchas Populares no Estádio Municipal, foi contactado de novo o Presidente da ACAMG para a entrega do relatório em falta.

Foi enviado no dia 09 de julho de 2015 um novo e-mail à ACAMG a solicitar o envio do respetivo relatório num prazo de 4 dias, sob pena de a candidatura não poder ser apreciada na próxima reunião de Câmara, o que ainda não aconteceu.

Caso não seja entregue, a candidatura só será tramitada para apreciação pela Câmara Municipal depois do relatório ser entregue e validado pelos serviços.”

25 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e dois de julho de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **7 024 318,97€** (sete milhões, vinte e quatro mil e trezentos e dezoito euros e noventa e sete cêntimos)

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
23/07/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 18

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

524 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13.15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Paula Cristina Ascenso Moreira, técnica superior, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião